

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

BRUNA LORRANY DA SILVA

**EXAMES SUPLETIVOS EM GOIÁS DE 1973 A 2012: UM ESTUDO SOBRE OS
SUJEITOS E AS PROVAS**

GOIÂNIA
2014

BRUNA LORRANY DA SILVA

**EXAMES SUPLETIVOS EM GOIÁS DE 1973 A 2012: UM ESTUDO SOBRE OS
SUJEITOS E AS PROVAS**

Monografia apresentada como requisito parcial de aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II, do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, sob orientação da professora Dr^a. Maria Margarida Machado.

GOIÂNIA
2014

BRUNA LORRANY DA SILVA

**EXAMES SUPLETIVOS EM GOIÁS DE 1973 A 2012: UM ESTUDO SOBRE OS
SUJEITOS E AS PROVAS**

Monografia apresentada como requisito parcial de aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, sob orientação da professora Dr^a Maria Margarida Machado, da Universidade Federal de Goiás.

Aprovada em

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a Maria Margarida Machado (orientadora)
UFG – Universidade Federal de Goiás

Prof^o. Dr^o Aldimar Jacinto Duarte
PUC – GO – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Aos pesquisadores que atuam na Educação de Jovens e Adultos, preocupados em compreender os limites e as possibilidades dessa modalidade de ensino.

Agradecimentos

A Deus, por sempre me amparar e tornar tudo possível. Obrigada por mais essa etapa.

A minha querida mãe Divina, que sempre acreditou e me incentivou em toda minha jornada estudantil. A meu pai Antônio por todo apoio e por ser um pai exemplar. A meu irmão Diego, pelos incentivos e credibilidade.

Ao meu namorado Paulo Henrique pelo companheirismo, carinho e compreensão dos momentos dedicados a este trabalho. Obrigada por fazer parte da minha vida.

A minha orientadora Dr^a Maria Margarida Machado, muito obrigada pela paciência, dedicação, contribuição com seus valiosos conhecimentos e orientação cuidadosa durante todo o trabalho.

Aos professores do curso de Pedagogia e ao grupo de pesquisas vinculado ao Centro Memória Viva de Goiás, com os quais muito aprendi. Obrigada pelos conhecimentos que me proporcionaram construir.

A todas as companheiras do CMV, que sempre me incentivaram. Muito obrigada pelo acolhimento e conselhos essenciais nos diversos momentos.

A minha amiga Danielly, pelo companheirismo, incentivo e dedicação. Obrigada por sempre estar presente nos momentos de desespero e nos momentos felizes também. Você é um exemplo a ser seguido.

As minhas colegas de turma, que se tornaram amigas, obrigada por todos os momentos que passamos juntas.

Aos Funcionários da Seduc/GO, que me apoiaram e auxiliaram durante o processo de pesquisa documental e entrevistas. Obrigada pela paciência e ensinamentos.

A todos que contribuíram direta ou indiretamente para esta conquista, minha sincera gratidão.

Resumo

Esta pesquisa objetivou realizar um estudo histórico e documental relativo aos Exames Supletivos aplicados no Estado de Goiás, no período de 1973 a 2012, com vistas a compreender as características dos sujeitos que buscavam a certificação por meio dessas provas e identificar o papel destes exames no contexto da política de Educação de Jovens e Adultos do Estado de Goiás. A metodologia de investigação utilizou referenciais bibliográficos para aprofundamento dos conceitos relativos à Ensino Supletivo, Educação de Jovens e Adultos, Exames de Certificação, história e memória. Na pesquisa documental e histórica, tomou-se por base os documentos produzidos na Secretaria de Estado da Educação de Goiás – Seduc/GO, acerca dos Exames Supletivos, bem como entrevistas com os técnicos que atuavam nessa secretaria. Os documentos acessados foram fichas de requerimento de inscrição dos candidatos, programas para a orientação dos candidatos e exemplares de provas aplicadas na última década. A partir da documentação acessada foi possível identificar características dos sujeitos que buscavam certificação de ensino pelos exames, em relação ao gênero, faixa etária e naturalidade. Foi possível relacionar as disciplinas mais procuradas nos exames, bem como identificar entre essas os níveis de aprovação e reprovação. Por fim, destaca-se a importância dos Exames Supletivos na certificação de conclusão da educação básica para jovens e adultos no Estado de Goiás.

Palavras – chave: Exames Supletivos em Goiás; Educação de Jovens e Adultos; Certificação.

Lista de Gráficos e Imagens

Gráfico 1	Faixa etária dos candidatos aos Exames Supletivos em Goiás.....	29
Gráfico 2	Gênero dos candidatos aos exames supletivos em Goiás.....	30
Gráfico 3	Naturalidade dos candidatos aos exames supletivos em Goiás.....	32
Gráfico 4	Disciplinas mais procuradas nos Exames Supletivos das décadas de 1970, 1980, 1990 e 2000	34
Gráfico 5	Dados de aprovação e reprovação da disciplina de Língua Portuguesa nos Exames Supletivos das décadas de 1970, 1980, 1990 e 2000.....	36
Gráfico 6	Dados de aprovação e reprovação da disciplina de Matemática nos Exames Supletivos nas décadas de 1970, 1980, 1990 e 2000.....	37
Gráfico 7	Dados de aprovação e reprovação da disciplina de Geografia nos Exames Supletivos nas décadas de 1970, 1980, 1990 e 2000.....	38
Gráfico 8	Dados de aprovação e reprovação da disciplina de História nos Exames Supletivos nas décadas de 1970, 1980, 1990 e 2000.....	38
Gráfico 9	Dados de aprovação e reprovação das disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, História nos Exames Supletivos no ano de 2012.....	46
Imagem 1	Ficha de pedido de inscrição a Exames Supletivos de 2º grau do ano de 1975.....	27
Imagem 2	Ficha de requerimento de inscrição aos Exames Supletivos do ano de 1993.....	27
Imagem 3	Ficha de requerimento de inscrição aos Exames Supletivos do ano de 2003.....	28
Imagem 4	Programa dos Exames Supletivos Língua Portuguesa/2011.....	41
Imagem 5	Exame de Jovens e Adultos/ 2011 da disciplina de Língua Portuguesa..	41
Imagem 6	Programa dos Exames Supletivos de Matemática/2011.....	42
Imagem 7	Exames de Jovens e Adultos/2011 da disciplina de matemática.....	43
Imagem 8	Programa dos Exames Supletivos de Geografia/2011.....	44
Imagem 9	Exame de Jovens e Adultos/ 2011 da disciplina de geografia.....	44
Imagem 10	Exames Supletivos/2012 da disciplina de matemática.....	47

Lista de siglas

CEE – Conselho Estadual de Educação.

Cejas – Centro Educacional de Jovens e Adultos.

CFE – Conselho Federal de Educação.

Desu – Departamento de Ensino Supletivo.

EJA – Educação de Jovens e Adultos.

Enceja – Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos.

Enem – Exame Nacional do Ensino Médio.

Ibge – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

LDB – Lei de Diretrizes e Bases.

MEC – Ministério da Educação.

Nobrade – Norma Brasileira de Descrição Arquivística.

Pibic – Programa Institucional de Bolsas para Iniciação Científica.

Seadec – Superintendência de Educação à Distância e Continuada.

Seduc/Go – Secretaria de Estado da Educação de Goiás.

Sued – Superintendência de Educação à Distância.

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso.

UFG – Universidade Federal de Goiás.

Sumário

Introdução.....	10
Capítulo 1 - O contexto histórico dos Exames Supletivos.....	15
1.1A origem dos exames na educação brasileira.....	16
1.2A experiência do Exame Supletivo em Goiás.....	20
Capítulo 2 - A documentação dos Exames Supletivos – o que ela revela e esconde.....	24
2.1 Resultados da pesquisa documental na Seduc/GO.....	25
2.1.1 Os sujeitos dos Exames Supletivos em Goiás.....	26
2.1.2 O que a documentação revela sobre as provas dos Exames Supletivos.....	33
2.1.3 Relação entre programas e provas nos Exames Supletivos em Goiás.....	39
2.2 A suspensão dos Exames Supletivos em Goiás.....	45
Considerações Finais.....	51
Referências.....	53
Apêndice.....	56
Anexos.....	60

Introdução

Esta pesquisa surgiu a partir do trabalho que desenvolvi no programa institucional de bolsas para iniciação científica – Pibic. Comecei estudando sobre o Ensino Supletivo em Goiás, dando continuidade a uma pesquisa anterior sobre o mesmo assunto, cujo objetivo foi localizar a documentação específica que registra o atendimento da população jovem e adulta pelo Ensino Supletivo na rede de ensino estadual, objetivando disponibilizar o que foi encontrado em ambientes virtuais.¹

Dos objetivos previstos na pesquisa anterior foram alcançados: classificação da documentação localizada, segundo as orientações da Norma Brasileira de Descrição Arquivística – Nobrade; o tratamento do material de pesquisa já identificado para disponibilização em ambiente virtual; a análise a partir da documentação acessada da política de educação de jovens e adultos implementada pela via do Ensino Supletivo em Goiás, no período de 1971 a 1996.

A partir do que foi encontrado, percebi a importância de continuar pesquisando e aprofundando os estudos na temática dos Exames Supletivos em Goiás, no período de 1973 a 2012. Este período foi delimitado a partir da documentação localizada no acervo da Secretaria de Estado da Educação de Goiás (Seduc/GO), que possibilitou analisar a história e memória da aplicação destes exames e sua relação com política de EJA no Estado. O estudo e pesquisa sobre os Exames Supletivos em Goiás surgiram da necessidade de manter algum registro sobre essa forma de certificação dentro da história dessa modalidade de ensino.

A pesquisa, então que deu origem a este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), propôs levantar dados, buscar informações sobre os Exames Supletivos para reconstituir e analisar a história da origem dos exames, através dos dados presentes nas fichas de requerimento de inscrição para a realização dos exames. Optei por aprofundar nessa temática porque percebi que é preciso pesquisar e relatar sobre os exames, pois faz parte da história de muitas pessoas que buscavam certificado através dessas provas.

Em relação à preservação da memória, o historiador Le Goff (1990), afirma que aquilo que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma

¹ Os dados dessa e da pesquisa anterior estão disponíveis no banco de dados do Centro Memória Viva. <www.fe.ufg.br/nedesc/cmvm/home.php>

escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa os historiadores. Portanto, o que encontramos como documentos é parte do desenvolvimento da humanidade, que estimula historiadores e pesquisadores a continuar estudando e pesquisando fatos que ocorreram no passado que podem influenciar no futuro e também construir a memória da sociedade.

Dessa forma, a importância dessa pesquisa está na preservação da história das pessoas que prestaram os exames e da memória das pessoas que trabalharam com essas provas, pois, a partir dos relatos desses trabalhadores, a história dos Exames Supletivos se valorizou. Assim, ainda de acordo com Le Goff (1990), a memória coletiva valoriza-se, institui-se em patrimônio cultural. Os documentos produzidos através da pesquisa serão armazenados e gerenciados nos bancos de dados e este documento que responde às exigências tecnológicas, sendo armazenados em computadores, começa a fazer parte da memória coletiva da humanidade, dando credibilidade à memória de acontecimentos do passado. O documento deve ser tratado não como qualquer coisa que aconteceu no passado, mas como um produto da sociedade que foi construído através de relações de forças que se constituíram em determinada época. Portanto, o documento se torna um monumento, resultado do esforço das sociedades históricas para refletir no futuro.

Os exames supletivos se originaram dos exames preparatórios que estão presentes no Brasil desde a época do Império. Com a chegada da família real ao Brasil foram criados cursos para suprir a necessidade de mão de obra para serviços públicos, mas para ingressar nos cursos era preciso realizar provas que davam certificação do segundo grau. De acordo com Haddad (1991), a ideia de certificação surgiu em 1890 com os exames de Madureza que foi introduzido ao sistema de ensino visando sanar as dificuldades apresentadas pelos exames preparatórios, estes, por sua vez, surgiram como requisito para ingresso em cursos superiores.

Com a Lei 5692/71, os exames de Madureza mudam sua nomenclatura para Exames Supletivos, integrando-se dentro das intenções político-educacionais da Educação de Jovens e Adultos. Ainda de acordo com Haddad (1991), Os alunos que prestaram os exames supletivos majoritariamente puderam ter acesso de maneira regular ao antigo ensino primário, mas, condicionados pelas contingências sociais de entrada no mercado de trabalho, acabaram sendo obrigados a abandonarem os estudos no momento seguinte.

A partir dessa temática, são levantadas questões que nos levam a indagar como

a proposta dos exames poderia sanar e suprir problemas como a falta de mão de obra no Brasil e ter mais pessoas com capacidade de ingressarem em um curso superior através de um certificado expedido pela realização de exames, a partir de qual contexto histórico surgiu os exames supletivos em Goiás, qual era a procura pelos exames supletivos, como eram realizadas as provas e quem eram os sujeitos que realizavam os exames em Goiás. São questões relevantes para compreender a importância desse tipo de prova ser aplicado por três décadas. Outra questão relevante é porque esses exames foram extintos a partir de 2012 em Goiás se era uma forma legal de obter certificação do primeiro e segundo graus.

Pesquisar sobre os Exames Supletivos em Goiás é importante para preservar a memória daqueles sujeitos que buscaram certificados de ensino através dessas provas. Com o acesso ao acervo dos Exames Supletivos da Seduc/GO, torna-se possível pesquisar, analisar e preservar a história e memória dos sujeitos que realizaram provas para obterem certificação de ensino.

Os Exames Supletivos, de primeiro e segundo graus, foram implantados em 1973, atendendo a Lei nº 5.692/71 e normatizados pelo Parecer CFE nº 699/72. Hoje tem sua base legal na LDB Lei nº 9.394/96 e resolução CEE nº 260 de 2005. Até o ano de 2012, a Seduc/GO realizou os exames supletivos, atendendo aos candidatos que necessitavam de certificação de conclusão dos estudos do ensino fundamental e médio.

A partir do ano de 2002 foi instituído o Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos - Encceja pela Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996 na Portaria Ministerial nº. 2.270, de 14 de agosto de 2002. O Encceja tinha por objetivo criar uma avaliação voltada para jovens e adultos. Assim foram constituídas matrizes de competências e habilidades voltadas especificamente para os sujeitos que procuravam por esses exames. Em Goiás, o Encceja começou a ser oferecido no ano de 2008. Nesse primeiro ano a secretaria do estado manteve convênio com o MEC, juntamente com as secretarias municipais para que as provas fossem aplicadas. Esse convênio se manteve até o ano de 2012. A partir de 2013, as provas do Encceja passaram a ser certificadas pelos Cejas, que são ligados na gerência de jovens e adultos.

No ano de 2012, quando os Exames Supletivos foram suspensos no Estado de Goiás, a Seduc/GO aderiu a possibilidade de certificação do ensino médio por meio do Exame Nacional do Ensino Médio – Enem. De acordo com a Portaria nº 144, de 24 de maio de 2012, a certificação pelo Enem destina-se para maiores de 18 anos que não concluíram o ensino médio em idade apropriada.

Assim, o foco dessa pesquisa foi a análise dos dados dos Exames Supletivos em Goiás de 1973 até 2012 na tentativa de compreender as características desses sujeitos a partir do material armazenado sobre essa temática pela Seduc/GO durante esse período. Para tanto, do ponto de vista metodológico realizamos análise documental e bibliográfica, utilizando publicações nacionais impressas ou em domínio público e autores que pesquisaram o tema possibilitando assim, a compreensão do objeto de pesquisa.

Trata-se de uma pesquisa histórico documental e bibliográfica objetivando analisar a origem dos Exames Supletivos no Brasil e em Goiás. A pesquisa histórico documental é necessária, pois utiliza documentos como fonte principal. Todos os tipos de documentos, não apenas os impressos, mas jornais, fotos, filmes, gravações. Esses documentos ainda não foram analisados e será a partir deles que o pesquisador desenvolverá sua análise. A pesquisa bibliográfica é realizada a partir dos registros feitos anteriormente pelo pesquisador. Utilizam dados já trabalhados por outros pesquisadores em que os textos analisados tornam-se fontes de estudos.

Após a análise do histórico dos Exames Supletivos, o próximo passo foi a pesquisa documental, tendo por base as fichas de requerimento de inscrição com os respectivos cadastros dos sujeitos que procuravam certificação através dos exames. Essas fichas de requerimento compõem parte do acervo de arquivos da Seduc/GO, em cada ficha contém tanto dados pessoais dos candidatos, como por exemplo, gênero, naturalidade, data de nascimento, quanto dados relacionados às disciplinas em que o aluno se inscreveu e sua aprovação ou reprovação.

Nessas fichas também há dados que possibilitaram à pesquisa identificar a faixa etária dos candidatos, a naturalidade e o ano em que realizaram as provas. Este achado de pesquisa contribuiu para focar na análise dos dados dos jovens e adultos que procuraram os exames, em Goiás, e correspondiam a esta característica: pessoas que em potencial, sendo aprovados nos exames, poderiam ingressar no ensino superior.

Foi utilizado o método estatístico e o método histórico para a compreensão da organização das fichas cadastrais e das certificações dos exames. O método estatístico, de acordo com Lakatos (2003), pode ser considerado mais do que apenas um meio de descrição racional.

É, também, um método de experimentação e prova, pois é método de análise, além disso, o método estatístico fornece uma descrição quantitativa da sociedade, considerada como um todo organizado, o que pode delimitar as características dos

membros de determinadas classes sociais, medindo a sua importância ou a variação, ou qualquer outro atributo quantificável que contribua para o seu melhor entendimento.

O método histórico parte do princípio que as instituições e costumes tem sua origem no passado. É importante pesquisar as raízes para entender a sua função, assim O método histórico investiga os acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje.

Essa pesquisa será apresentada em dois capítulos. O primeiro capítulo intitulado *O contexto histórico dos exames supletivos*, inicia o trabalho com a síntese sobre o Ensino Supletivo, para depois abranger a história dos Exames Supletivos na educação brasileira e adentrar na história dos exames no Estado de Goiás. Este capítulo, através das pesquisas feitas, tem a intenção de recuperar o conhecimento através dos conceitos. O segundo capítulo terá como base os sujeitos que procuravam por esse tipo de prova, trazendo os dados da pesquisa documental que foi realizada no acervo da Seduc/GO a partir das fichas cadastrais dos sujeitos que se inscreviam para os exames. Trará também, no decorrer dos itens e subitens, análises realizadas a partir da documentação acessada, com gráficos expondo percentuais dos dados encontrados, imagens dos programas e provas da última década em que os exames foram aplicados no Estado.

Capítulo 1

O Contexto Histórico dos Exames Supletivos

A nomenclatura Ensino Supletivo foi criada em meados da década de 1940, como denominação designada à oferta oficial de ensino a adultos. O que diferenciou o supletivo da década de 1940 para o modelo difundido em 1970 foi a ênfase nos cursos profissionalizantes e a grande procura pelos exames de certificação. A reforma do ensino de 1º e 2º graus, Lei 5692/71, unificou o antigo primário e secundário (ginásio) no denominado primeiro grau, de modo que a escolaridade mínima exigida passa a ser de oito anos, anteriormente era exigido somente quatro.

Esta reforma do Ensino de 1º e 2º graus foi a primeira lei a dedicar um capítulo específico para educação de adultos. A partir dessa lei a Supletividade é tomada como proposta de concepção de escola para adultos. Assim, percebe-se a importância de dar continuidade aos estudos sobre os Exames Supletivos, pois, a partir do ano de 1970 a procura por certificação através das provas teve um grande aumento e foi assim até o ano de 2012.

Os exames fazem parte da história e memória da educação brasileira, pois estão presentes no Brasil desde o império. A partir dessas provas, os alunos que as prestavam, almejavam ingressar no Ensino Superior, sendo assim, seu público alvo não eram diretamente os analfabetos, mas os poucos que conseguiam chegar próximo a concluir o secundário para disputar uma vaga no Ensino Superior.

Os Exames Supletivos surgiram a partir dos Exames de Madureza, que por sua vez se originaram dos exames preparatórios, tais provas datam o período imperial no Brasil. Com a expulsão dos jesuítas em 1759, houve no Brasil uma desorganização do sistema de ensino e com isso foram implantados estudos preparatórios aos exames para o ingresso em cursos superiores. Os alunos desses estudos preparatórios realizavam provas para ingressar em um curso superior, surgindo, assim os exames preparatórios.

A partir de 1890, foi introduzido ao sistema de ensino os Exames de Madureza, buscando superar dificuldades existentes nos exames preparatórios e fortalecer também o ensino secundário. A partir de 1932, surge o regime de séries modificando o ensino secundário, que exigia o seguimento do currículo e a frequência de alunos. Assim, os exames passam a ser feitos por série e cada disciplina tinha caráter eliminatório.

No decorrer no capítulo serão apresentados documentos e leis que comprovam a origem dos exames na educação brasileira, as modificações que os exames tiveram até a consolidação da nomenclatura Exames Supletivos. Serão apresentadas também a trajetória dos exames na educação brasileira desde o surgimento, sua consolidação no Brasil, o histórico dos Exames Supletivos em Goiás, relatando um pouco da experiência desses exames no Estado a partir de entrevistas com funcionários e ex-funcionários da Seduc/GO.

1.1 A origem dos exames na educação brasileira

Os exames originaram-se dos exames preparatórios que surgiram para que os alunos pudessem ingressar no Ensino Superior. Esses exames foram alvo de muita crítica, nas quais se afirmava que esse tipo de “prova” facilitava o ingresso no ensino superior, dessa forma, o desenvolvimento dos cursos era prejudicado, uma vez que o aluno que ingressava na faculdade não tinha o devido preparo para permanecer no curso.

A existência de exames de conclusão de estudos secundários remonta à segunda metade do século XIX. A denominação, largamente utilizada ao longo do século XX, "exames de madureza", teria surgido no projeto de reforma do ensino de Rui Barbosa em 1332 para definir "um exame geral de admissão aos cursos superiores, no qual se averiguasse o grau de maturidade intelectual alcançado pelo adolescente". (HADDAD, 1987, p. 22).

Buscando fortalecer o ensino secundário, em 1890, com a Reforma Benjamin Constant, foi introduzido o exame de madureza ao sistema de ensino, visando sanar as dificuldades apresentadas quanto aos exames preparatórios que “já não serviam para identificar os estudantes capazes de seguir um curso superior” (CUNHA, 1980, p. 128). A proposta do exame de madureza era apenas para aqueles que, ao final dos estudos secundários, poderiam realizar a prova para obter um certificado, a aprovação neste exame teria o valor de conclusão de curso e pré-requisito à entrada no ensino superior.

De acordo com Haddad (1991), em 1957, o Artigo 91 foi modificado reintroduzindo o termo exame de madureza, assim a idade mínima para o exame ginásial foi definida para 18 anos. Com essa modificação foram introduzidos também os exames para o segundo ciclo do secundário, aos maiores de 20 anos, portadores do certificado do primeiro ciclo. E em 1958, os alunos do terceiro ano puderam se inscrever, pedindo dispensa das disciplinas cursadas nos dois anos anteriores. Com essas modificações gradativas, foi possível uma maior oportunidade e acesso para as pessoas em relação ao ensino regular.

[...] Manter os exames de madureza, aos maiores de dezesseis anos será permitida a obtenção do certificado de conclusão do curso ginásial mediante a prestação de exames de madureza em dois anos no mínimo, e três no máximo, após estudos realizados sem observância de regime escolar. (BRASIL, 1961, art.99).

Em 1969, houve modificação do Artigo 99, possibilitando aos candidatos prestar exames sem limites de tempo, global ou parcelado, criando uma facilidade para quem buscava realizar os exames supletivos como forma de certificação de estudos. De acordo com Haddad (1991) criou-se algumas distorções em relação ao caráter comercial sobre o educativo, pelo fato da privatização dos exames. Dessa forma os exames teriam certa facilitação para garantir maior número de inscritos para ampliar a verba.

Segundo o mesmo autor, nos estudos realizados nos anos 1970 e 1980, a demanda pelos exames teve um incremento importante. Abordavam as características e rendimento dos candidatos, as referências curriculares e o grau de exigência das provas, bem como, o desempenho dos egressos nos vestibulares de acesso ao ensino superior. Poucos são os estudos que abordam a análise das provas dos exames. O estudo de Melo (1977), posteriormente incorporado do trabalho de Castro *et all* (1980), procurou avaliar as provas dos exames de suplência de educação geral para o 2º grau realizadas no Rio de Janeiro em 1975. Apesar de a pesquisa ter sido realizada em estado específico, os motivos pelos quais esses candidatos procuravam os exames são semelhantes aos motivos dos demais estados brasileiros.

Para que o aluno do Supletivo-Suplência venha a equiparar-se ao ensino regular há dois caminhos: um na forma regular das próprias escolas de Ensino Supletivo, outra através dos chamados Exames Supletivos, outrora denominados Exames de Madureza, que incluem primeiro e segundo graus. (CASTRO, *el all*, 1980, p. 15).

Essa pesquisa feita no Estado do Rio de Janeiro em 1975 mostrou que a cada ano a procura pelos Exames Supletivos de 2º grau aumentava. Muitos procuravam esse tipo de avaliação para obter certificação do segundo grau, mas também havia aqueles que almejavam a possibilidade de ingressar no Ensino Superior. O alto índice de procura pelos Exames Supletivos na década de 1970 foi estudo de outros pesquisadores como Barroso e Oliveira (1971)

[...] a explosão numérica de candidatos ao exame só pode ocorrer nas condições específicas de um país onde se verifica alto índice de evasão escolar e rápida transformação da estrutura social e do mercado de trabalho, com a conseqüente percepção, por amplas camadas da população, de que se torna inadequada a precária qualificação adquirida no reduzido período em que permaneceram na escola. (BARROSO & OLIVEIRA, 1971, p.2-3 Apud HADDAD, 1987, p.30).

Segundo os autores a procura pelos exames se dava pelo alto índice de evasão da escola regular, pois os alunos precisavam ingressar mais cedo no mercado de trabalho e assim procuravam uma forma de obter certificação dos primeiro e segundo graus. Esse aumento na procura por exames é explicado também pela expansão no número de faculdades, a maior flexibilidade na legislação, que reduz a idade mínima para a realização dos exames, a melhor organização da Secretaria de Educação e a divulgação promovida pela emissora de TV educativa do Estado. Todavia, no final da década de 1970, início da década de 1980, percebe-se um grande declínio nas inscrições para a realização dos exames, questão que será tratada posteriormente neste texto.

Com a Lei 5692/71, os exames de madureza mudam sua nomenclatura, passando a se chamar, Exames Supletivos, com novas características fazendo integração às intenções político educacionais da educação de adultos. De acordo com essa lei, que vigorou a partir de 11 de agosto de 1971, a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não a tinham seguido ou concluído em idade própria, bem como, os estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular, no todo ou em parte, poderia ser abrangida pelos exames.

Art. 26 – os exames supletivos compreenderão a parte do currículo resultante do núcleo comum, fixado pelo conselho federal de educação, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular, e poderão, quando realizados para o exclusivo efeito de habilitação profissional de 2º grau, abranger somente o mínimo estabelecido pelo mesmo conselho. (HADDAD, 1991, p. 206).

Dessa forma os Exames controlavam o produto e não o processo o que garantia maior flexibilidade e maior supletividade, habilitando assim o prosseguimento dos estudos de caráter regular. A demanda por exames acompanhou de certa forma, os ciclos ascendentes e descendentes da economia, mantendo correlação com os níveis de atividade econômica, emprego e renda dos assalariados, tendo em vista que o número de candidatos voltou a crescer na década de 1990.

A oferta de Exames Supletivos se manteve com regularidade na maioria dos estados brasileiros até o final da década de 1990, quando então o Ministério da Educação (MEC) decidiu pela elaboração de um exame nacional. No ano de 2002, o Ministério lançou um exame para avaliar as pessoas matriculadas ou não na escola, que se encontravam acima da faixa etária própria para cursar o ensino regular e ainda não haviam concluído essa etapa de ensino.

Essa avaliação foi denominada Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), que foi instituído pela Portaria Ministerial nº 2.270, de 14 de agosto de 2002. Assinada pelo ministro da educação, Paulo Renato de Souza, estabelecia:

Art. 2º: O Encceja, como instrumento de avaliação para aferição de competências e habilidades de jovens e adultos em nível do Ensino Fundamental e Ensino Médio tem por objetivos:

I- Construir uma referência nacional de auto-avaliação para jovens e adultos por meio de avaliação de competências e habilidades, adquiridas no processo escolar ou nos processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho nos movimentos sociais da sociedade civil e nas manifestações culturais.

II estruturar uma avaliação direcionada à jovens e adultos que sirva às Secretarias de Educação para que procedam a aferição ao reconhecimento de conhecimentos e habilidades dos participantes no nível de conclusão do Ensino Fundamental e Ensino Médio nos termos do artigo 38, §§ 1º e 2º da Lei 9394/96.

III oferecer uma avaliação para fins de classificação na correção do fluxo escolar, nos termos do art. 24 inciso I alínea “c” da Lei 9394/96.

IV consolidar e divulgar um banco de dados com informações técnico pedagógicas, metodológicas, operacionais socioeconômicas e culturais que possa ser utilizado para a melhoria da qualidade na oferta da educação de jovens e adultos e dos procedimentos relativos ao Encceja.

V construir um indicador qualitativo que possa ser incorporado à avaliação de políticas públicas de educação de Jovens e Adultos. (BRASIL, 2002).

Assim, o exame pôde ser utilizado pelas secretarias estaduais e municipais de educação como instrumento de certificação de conclusão dos níveis fundamental e médio, sendo 15 anos a idade mínima para os alunos que fossem se inscrever para o nível fundamental e 18 anos para o nível médio. O Encceja servia também como ferramenta de avaliação dos programas da Educação de Jovens e Adultos.

Segundo Gatto (2008), o Encceja seria custeado pelos sistemas de ensino das secretarias de educação dos estados, mas foi financiado, por processo licitatório, pela Fundação Cesgranrio do Estado do Rio de Janeiro, que ficou responsável pela realização de todos os procedimentos de operacionalização do exame. Dessa forma, os sistemas educacionais que aderiram a esse exame, ficaram responsáveis pelas inscrições dos participantes. A concepção da matriz que norteou a elaboração dos itens de avaliação de desempenho através, do Encceja, originou-se na matriz de habilidades e competências do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

O Enem, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), foi criado em 1998 com o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da educação básica, buscando contribuir para a melhoria da qualidade

desse nível de escolaridade. A partir de 2009 passou a ser utilizado também como mecanismo de seleção para o ingresso no ensino superior.

Do ponto de vista da política educacional brasileira não é possível afirmar a contribuição, ou não dos exames no formato Encceja e Enem para a garantia do direito de jovens e adultos à educação. O que é visível, como resultado da sua implementação, é o fechamento das experiências de aplicação de Exames Supletivos que ocorreram por mais de três décadas por conta das redes estaduais.

1.2 A experiência dos Exames Supletivos em Goiás

Com a Lei nº 4.024/61, primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, surgiram em Goiás no final da década de 1950 e início de 1960 os Exames Supletivos. A referida Lei possibilitava aos maiores de 16 anos a conclusão do curso ginásial e, aos maiores de 19 anos a conclusão do curso colegial. Era exigido um prazo de até três anos para a conclusão em cada ciclo. Essa exigência foi extinta pelo Decreto nº 709/69. Isso ocorreu porque os candidatos, em sua maioria, eram formados por autodidatas que tentavam suprir a formação escolar dentro de suas próprias condições de vida e de trabalho.

Na década de 1970, a Seduc/GO, por meio do Decreto nº 281/71, criou o Departamento de Ensino Supletivo (Desu), órgão que era responsável pelo planejamento, implantação e implementação do Ensino Supletivo. Este departamento assumiu funções do serviço de Educação de Jovens e Adultos, que coordenava cursos noturnos nas três décadas anteriores.

Apesar da criação do Desu, muitos jovens e adultos evadiram desses cursos. Dessa forma, a evasão e a repetência eram significativas no ensino primário supletivo, sendo poucos aqueles que prosseguiram nos estudos em níveis posteriores. Por outro lado, instituições particulares atendiam alunos nos cursos preparatórios aos exames de Madureza do Estado. De acordo com as Diretrizes da Educação de Jovens e Adultos do Estado de Goiás:

[...] as experiências da educação de adolescentes e adultos com saldos positivos ou negativos serviram para nortear os estudos de detalhamento dos programas e projetos do Desu, sendo: Cursos e Exames Supletivos na função suplência; cursos na função suprimento; Projeto Lúmen (cursos nas funções aprendizagem e qualificação), aprovado pela Resolução nº 1.147 de 17 de dezembro de 1973 do CEE/GO para habilitar, em nível de segundo grau, educadores leigos com atuação nas quatro primeiras séries do primeiro grau. (GOIÁS, 2010, p. 14).

Os Exames Supletivos, correspondentes às quatro últimas séries do 1º Grau e ao 2º Grau, foram implantados em 1973, atendendo a Lei nº 5.692/71 e normatizados pelo Parecer CFE nº 699/72. Hoje tem sua base legal na LDB Lei nº 9.394/96 e na Resolução CEE/GO nº 260 de 2005, que em seu artigo 11 dispõe dos Exames Supletivos:

A convocação e a realização de exames supletivos são privativas da Secretaria de Estado da Educação, por meio de seus órgãos competentes.

§ 1o Os exames supletivos de que trata o caput só podem ser realizados duas vezes por ano e abrangem todas as disciplinas que compõem a base comum nacional.

§ 2o A aprovação em uma ou mais disciplinas, em exames supletivos, não assegura ao escolar o direito a posicionamento em etapa mais avançada, nem o dispensa do cumprimento do atendimento do disposto nesta Resolução. (GOIÁS, 2005).

Os exames eram realizados regularmente no segundo semestre letivo, em polos definidos em edital com inscrições que eram feitas pela internet. As primeiras cidades polos a atender a demanda dos exames supletivos em Goiás foram: Goiânia, Anápolis, Aragarças, Campos Belos, Catalão, Formosa, Goianésia, Goiás, Iporá, Itumbiara, Jataí, Luziânia, Minaçu, Morrinhos, Palmeiras, Piranhas, Posse, Quirinópolis, Rio Verde, São Luís de Montes Belos, São Miguel do Araguaia, Silvânia, Uruaçu. Até o ano de 2012, a Seduc/GO realizou os exames supletivos, atendendo aos candidatos que necessitavam de certificação de conclusão dos estudos do ensino fundamental e médio.

Os exames eram oferecidos nas cidades polos, às provas eram transportadas em caixas, todavia, como a Secretaria não oferecia transporte, esta viagem era feita de ônibus. As provas eram elaboradas sempre por pessoas especializadas na área, sendo dois professores por matéria. O órgão responsável, tanto pela elaboração, quanto pela correção dos exames era a coordenação dos exames supletivos, da Gerência de EJA, situada na Superintendência de Educação a Distância e Continuada (Seadec).

A partir de entrevista realizada com uma funcionária da Seduc/GO, que trabalhou com Exames Supletivos desde a década de 1990, antigamente os exames eram pagos, para ela, o fato de serem pagos implicava num maior interesse dos candidatos em, efetivamente, comparecerem para as provas,

[...] até 98 oferecia duas vezes no ano, eram pagos, cobrava por disciplina, depois deixou de cobrar e passou uma vez ao ano. Até hoje candidato nos procura pra falar porque que não oferecer duas vezes ao ano, porque não cobrar? Porque a vontade do candidato por incrível que pareça, é que os exames fossem pagos, para ter condição de oferecer duas vezes ao ano, assim teriam mais oportunidade. (Entrevistada 1, 2013).

Para os sujeitos que realizavam as provas, a melhor forma de obterem seus certificados seria com uma oportunidade a mais de realizarem as provas e o pagamento pelas provas daria essa certeza para eles. Esta interpretação do candidato, não confere com a informação da Secretaria de Estado de que, o motivo da alteração da aplicação dos exames semestrais para anuais, deu-se pelo não comparecimento dos candidatos nas provas, o que acabava gerando um ônus para o Estado que preparava todo material que depois precisava ser descartado.

As entrevistas realizadas com ex-funcionários da Seduc/GO possibilitou o conhecimento da trajetória que os exames tiveram no Estado de Goiás, possibilitou também compreender a logística da aplicação dos exames, que visava proporcionar aos alunos que realizavam as provas, benefícios.

Nas inscrições para os exames, em fevereiro de 1999, constataram-se situações que incidiam nos procedimentos de realização das diversas etapas e no conforto dos candidatos que, por exemplo, para se inscrever, formavam filas extensas a fim de retirar cupom para pagamento de taxa na Superintendência, ir a banco credenciado, voltar à Superintendência e comprovar o pagamento para validação da inscrição. Ao longo dos anos, foi-se aprimorando o atendimento, buscando locais próprios e o auxílio de sistemas eletrônicos para agilizar o processo. (Entrevistada 2, 2013).

Ainda de acordo com a entrevistada 2 (2013), foram instituídas também, na elaboração das provas, aplicação e correção, medidas que assegurassem confiabilidade e qualidade no processo. Para isso, foi contratada uma professora que havia presidido a Comissão dos Exames Vestibulares da UFG. Essa professora organizou banca de professores qualificados para a elaboração e correção das provas, determinou regras de procedimentos das bancas, delimitou locais isolados e protegidos para a elaboração e impressão das mesmas assim como logística de aplicação em 19 polos distribuídos no Estado.

Os professores que compunham a banca para elaboração das provas procuravam cada vez mais aprimorar o processo. A organização das provas recebeu tratamento especial respeitando-se as medidas de segurança, elaboração consistente, assim como um processo mais ágil de correção, introduzindo-se o programa de avaliação por leitura de cartão.

O cuidado com os exames, com a documentação subsequente revelam o quanto se deu importância a esse trabalho sobretudo, para valorizar o cidadão que necessita de uma certificação digna e respeitável. Se, anteriormente a 1999, exigia-se comprovação de escolaridade para ingressar no mercado de trabalho, essa exigência foi ficando mais presente nos setores contratantes. (Entrevistada 2, 2013).

Com as entrevistas, percebe-se o quanto esses funcionários tinham apressado pelo que faziam. Havia uma grande preocupação quanto à organização desses exames, mas o espaço físico era pequeno para atender à demanda existente. Como a demanda pela procura das provas foi aumentando, o número de municípios polos que ofereciam os exames também aumentou e com essa ampliação o rigor para a realização das provas se intensificou.

Havia um rigoroso planejamento para a realização dos Exames Supletivos como: inscrições, elaboração, impressão e aplicação das provas, e, finalmente, a divulgação dos resultados. Para a aplicação das provas viajavam 02 técnicos da Unidade de Ensino Supletivo para cada um dos municípios polos, os quais eram responsáveis pela guarda, sigilo e aplicação dessas provas. (Entrevistado 3, 2013).

Após a aplicação das provas, os cartões-resposta eram encaminhados para a cidade de Goiânia para serem corrigidos. Houve algumas mudanças no modelo de divulgar as informações dos Exames Supletivos. Foi criado um edital mais elaborado e os responsáveis pela banca de correções começaram a publicar o gabarito das provas pelo site da Seduc/GO.

Quando nós começamos, a gente também fez um edital, antes era um edital bem simplificado, nós detalhamos o edital, fizemos constar no edital tudo que poderia inclusive a possibilidade de recursos, revisão de questões e a gente pensava que eles não fossem usar e muitos usavam. Publicamos o gabarito, não publicava aí a gente divulgava o gabarito, chamava de gabarito provisório, porque eles tinham tempo para entrar com recurso e após o recurso em alguns casos nós mudamos o gabarito. (Entrevistada 6, 2014).

A criação do edital e a forma de publicação dos gabaritos foram um avanço para quem prestava os exames, pois eles percebiam seus direitos e usufruíam deles. Para eles isso foi uma vantagem, porque podiam requerer revisões de questões. A partir das entrevistas e da pesquisa documental realizada, o capítulo dois abordará sobre os sujeitos que procuravam pelos Exames Supletivos e o índice de aprovação e reprovação desses sujeitos, mais especificamente no Estado de Goiás, onde foi realizada a pesquisa, relatando, através de dados estatísticos as aprovações e reprovações nas disciplinas que abrangiam o exame do segundo grau.

Capítulo 2

A documentação dos Exames Supletivos em Goiás – o que ela revela e esconde

Os Exames Supletivos, segundo Haddad (1991), eram realizados em duas ocasiões ao ano, em todas as Unidades da Federação, a partir da Lei 5.692 de 1971, permitindo aos sujeitos se inscreverem em quantas disciplinas desejasse e eliminá-las gradualmente, obtendo os certificados de aprovação por disciplina. Os alunos que prestaram os Exames Supletivos puderam ter acesso de maneira regular ao antigo ensino primário, mas, devido ao fato de terem que ingressar no mercado de trabalho, acabaram sendo obrigados a abandonarem os estudos no momento seguinte.

Foram coletados dados de índices de aprovação e reprovação nos exames a partir de pesquisas realizadas, de acordo com a tese de Haddad (1991), em alguns estados do Brasil. Esses dados datam da década de 1970 e 1980, todavia não há uma pesquisa nacional recente realizada sobre a demanda e resultados da aplicação dessas provas no Brasil.

De acordo com análises de pesquisas feitas no município do Rio de Janeiro, pelos pesquisadores Castro (1980), Soriano (1980), Melo (1980), Naccarato (1980), os sujeitos que procuravam por certificação através dos Exames Supletivos, tinham de modo geral um perfil social ou econômico mediano. Não é fácil avaliar o perfil dos sujeitos que procuravam pelas provas dos Exames Supletivos, pois os candidatos que se apresentavam para os exames tinham uma grande variedade de experiências escolares.

Enquanto política pública para a Educação de Jovens e Adultos pensada como um direito de formação integral dos sujeitos, os Exames Supletivos podem ser considerados contraditórios, pois ao mesmo tempo em que trazem o resultado imediato e o benefício individual, ele também pode representar um aligeiramento no processo de escolarização.

Existiam também outras características a serem avaliadas como a forma de preparação das pessoas para as provas, o ambiente familiar do candidato que, de certa forma poderia influenciar em seu desenvolvimento cognitivo e em suas atitudes. Além disso, existia a busca dos exames, visando o acesso à Universidade, o que ocorria tanto com alunos estudantes do ensino regular, quanto com alunos estudantes do ensino supletivo.

De acordo com pesquisas realizadas nos Estados de São Paulo (GATTI, 1982) e Rio Grande do Sul (SANTOS, 1982; SILVA, 1979), mostram que os sujeitos que procuravam os exames eram em sua maioria jovens. Por ser uma alternativa de conseguir um diploma sem precisar ir à escola, tornou os exames mais atrativos para os jovens, uma aparente economia de tempo. Dados como gênero e classe social também foram pesquisados, mas, segundo Castro (1980), o motivo principal que levava as pessoas a fazer os exames, de acordo com a pesquisa, foi para “poder fazer o vestibular”, o que demonstra que a maioria das pessoas almejava continuar os estudos.

O acesso aos documentos do acervo da Seduc/GO e as entrevistas dos técnicos da secretaria, envolvidos com a EJA, serão apresentados a seguir em dois subitens. O subitem 2.1 apresentará resultados da pesquisa documental a partir das fichas de inscrição dos candidatos aos exames com destaque para três elementos: primeiramente a questão do perfil dos sujeitos, apresentando dados de faixa etária, gênero dos sujeitos que realizavam as provas, a origem das pessoas que vieram para o Estado de Goiás prestar os exames durante as décadas de 1970 até 2000.

No segundo elemento será feita a apresentação das provas dos Exames Supletivos, às disciplinas quais as pessoas se submetiam, considerando as disciplinas mais procuradas, as que tiveram maior índice de aprovação e reprovação durante o período em que os exames foram oferecidos em Goiás, permitindo estabelecer relação entre pesquisas realizadas em alguns estados brasileiros. O item 2.1.3 abordará a relação entre os programas e as provas dos Exames Supletivos em Goiás.

O final do capítulo, no item 2.2, serão apresentados dados do último ano em que o Estado ofereceu os exames, pois com a política nacional de exames de certificação, instituída pelo Ministério da Educação, a maioria dos Estados abandonou a oferta dos Exames Supletivos para aderir a estas provas nacionais.

2.1 Resultados da pesquisa documental na Seduc/GO

A partir do tratamento documental, foi possível identificar e acessar fichas cadastrais das pessoas que realizaram os Exames Supletivos desde a década de 1970 até o ano de 2012, ano que os exames foram suspensos no Estado de Goiás. Foi possível identificar também modelos mais recentes de provas que foram aplicadas nas décadas de 1990 e 2000 e o manual do candidato que auxiliava as pessoas para se prepararem

para as provas. No decorrer do capítulo, o que foi identificado será explorado por gráficos e imagens, que irão contribuir na análise dos dados dos sujeitos que realizaram os Exames Supletivos em Goiás.

O acervo documental relativo às fichas cadastrais dos candidatos aos Exames Supletivos em Goiás corresponde, aproximadamente, a 300 mil fichas. Essas fichas estão organizadas de acordo com o ano em que a pessoa prestou o exame e o nível de ensino no qual ela se inscreveu. Para essa pesquisa, foram coletados dados de fichas de pessoas que prestaram os exames para o nível de segundo grau, atualmente denominado ensino médio, visando analisar qual era a procura pelos exames para esse nível de escolarização, tendo assim a possibilidade de conclusão para ingressar no ensino superior, já que nas pesquisas nacionais esta aparece como sendo uma das principais hipóteses da busca pelos exames.

2.1.1 Os sujeitos dos Exames Supletivos em Goiás

Desde o início da década de 1970, quando os Exames Supletivos foram implantados em Goiás, a procura por essas provas era bastante acentuada no Estado. Os sujeitos que buscavam por essa certificação eram pessoas, que por algum motivo não conseguiram concluir o ensino regular e queriam ter a certificação para possivelmente ingressar no ensino superior. A procura pelos exames em Goiás, tanto por pessoas oriundas do Estado ou de outros Estados brasileiros foi acentuada nas quatro primeiras décadas ofertadas, tendo uma leve queda na década de 1990, em que esse tipo de prova foi ofertado em Goiás. Mesmo com a suspensão dos Exames Supletivos no ano de 2012, as pessoas ainda vão ao departamento de expedição de certificados e diplomas da Seduc/GO, onde se encontram todas as fichas cadastrais e resultados de quem realizou as provas no Estado e questionam o porquê da paralisação da oferta dos exames.

As fichas cadastrais² estão organizadas no acervo da Seduc/GO em arquivos, onde cada ficha está armazenada em pastas. Essas pastas ficam arquivadas em armários deslizantes, separadas pelo ano em que os sujeitos realizaram as provas. Cada ficha contém, desde dados pessoais até o número de disciplinas que a pessoa iria prestar, e em seguida, na mesma ficha, ou em anexo em outro documento, as disciplinas que a pessoa foi aprovada ou reprovada.

² Para preservar a identidade do sujeito, foi preciso cobrir dados pessoais da ficha, como nome, endereço, filiação e foto.

Imagem 3 – Ficha de requerimento de inscrição aos Exames Supletivos do ano de 2003

Estado de Goiás
Secretaria de Estado da Educação
Superintendência de Educação
à Distância e Continuada

Exames Supletivos 2003

Nº de Inscrição: 001478 Data: 14/10/2003

Nome: _____ Sexo: F Nome da mãe: _____

Identidade: _____ Órgão Expedidor: _____ UF: GO Data de Nasc.: 12/08/1985 Naturalidade: JATAÍ UF: GO

Endereço: _____ Bairro: _____ Telefone: _____

Município: JATAÍ UF: GO

Localidade: JATAÍ

DISCIPLINA(S) REQUERIDA(S) CONDIÇÕES ESP./PROVA

- PORTUGUES
- GEOGRAFIA
- HISTÓRIA
- MATEMÁTICA
- CIÊNCIAS

NENHUMA

COPIA DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE E FOTO 3X4

ASSINATURA DO CANDIDATO

CLEUNA SOUZA FERREIRA
ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

Fonte: Seduc/GO

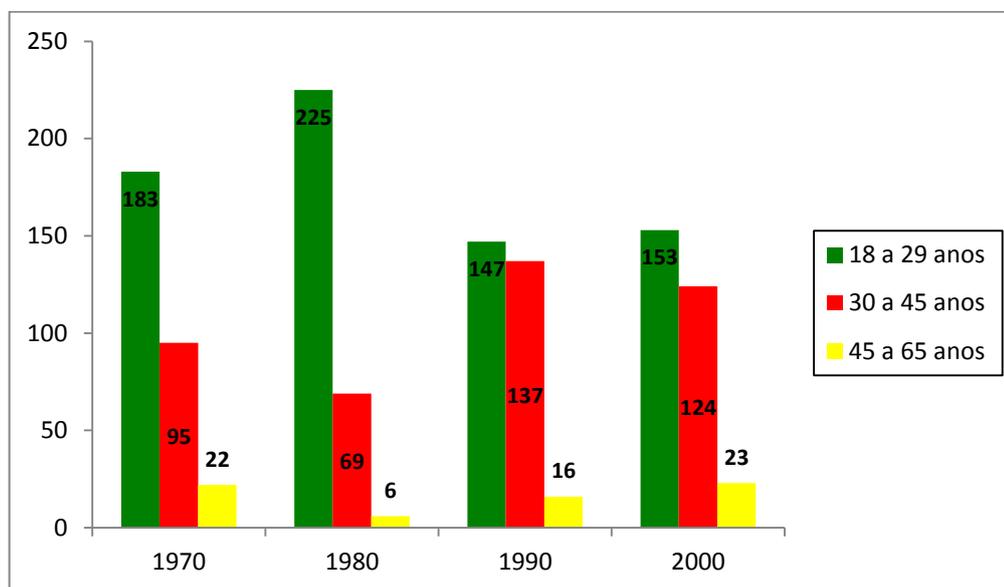
As fichas acima apresentadas são exemplos da forma de como foram organizadas as inscrições de todas as pessoas que prestaram os Exames Supletivos em Goiás desde a década de 1970 até a década de 2000. A partir dessas fichas foram coletados dados de 100 fichas de candidatos em cada ano analisado, iniciando na década de 1970, anos analisados: 1973; 1975; 1979. Na década de 1980 os anos analisados foram: 1980; 1985; 1989. Na década de 1990 foram analisadas as fichas de 1993; 1996 e 1999 e na década de 2000 foram analisadas as fichas de 2000, 2005, 2009 e 2012, totalizando 1300 fichas. O acesso às fichas teve como objetivo traçar o perfil, aos exames supletivos de conclusão do 2º Grau ou Ensino Médio em Goiás.

Com a análise dos dados das fichas cadastrais foi possível perceber características que marcaram o público que buscou os exames, por exemplo, nos quesitos de faixa etária, gênero e naturalidade. Estes dados possibilitaram analisar a diferença da idade por década, o processo migratório que houve para o Estado de Goiás e também a questão da procura por gênero, que altera os percentuais de homens e mulheres.

Para as reflexões dos dados geracionais, os candidatos foram agrupados nas faixas etárias entre 18 a 29 anos, 30 a 45 anos, 46 a 65 anos e acima de 66 anos, sendo

que neste último recorte, nenhum candidato foi encontrado dentro da amostra. Estes dados estão representados no Gráfico a seguir.

Gráfico 1 - Faixa etária dos candidatos aos Exames Supletivos em Goiás



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados acessados no Acervo da Seduc/Go

A análise dos dados nos possibilita afirmar que, uma das características da população que procurou por certificação de ensino, através dos exames em Goiás, entre essas quatro décadas, era a presença dos jovens de 18 a 29 anos, iniciando com percentual de 44% no ano de 1973, 75% em 1975, 64% em 1979, 75% em 1980, 80% em 1985, 70% em 1989, 51% em 1993, 46% em 1996, 50% em 1999, 57% em 2000, 42% em 2005, 54% em 2009.

Observa-se que há um movimento crescente de busca pelos jovens aos exames nas décadas de 1970 a 1980, sendo que esta tendência vai sofrer alterações a partir da década de 1990, quando começa a decrescer a procura pelos jovens de 18 a 29 anos. Na década de 1970 e 1980 o percentual de adultos, com idade entre 30 a 45 anos, que realizaram os exames era pequeno em relação à década de 1990, oscilando entre 43% em 1973, 21% em 1975, 31% em 1979, em 1980 chegou a 22%, em 1985 a 19% e, em 1989, a 28%. Já na década de 1990 o percentual de adultos que realizaram as provas era de 46%, em 1993 e 51% em 1996, sendo que neste mesmo ano outros 3% tem de 46 a 65 anos de idade. Na década de 2000, o percentual de adultos que realizou os exames também aumentou, uma vez que no ano de 2000 foi 42%, no ano de 2005 a procura foi maior do que a procura pelos jovens chegando a 45% e 37% em 2009.

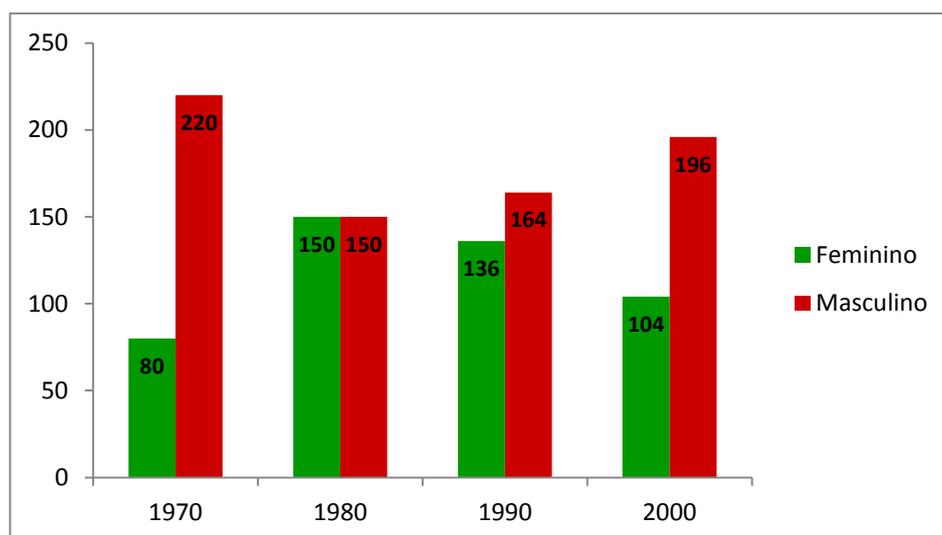
Os dados gerais de escolarização da população jovem no Brasil revelam uma melhora no acesso à Educação Básica, no período das décadas de 1970 a 1990, o que pode em parte explicar a redução da procura dos Exames Supletivos por parte dos jovens de 18 a 29 anos. Por outro lado, a pesquisa censitária do IBGE de 2010 vai apresentar a tendência de envelhecimento da população brasileira, que já se manifestava na década de 1990. Este envelhecimento também implica numa busca de certificação pela escolaridade de adultos que ainda precisam disputar vagas no mercado de trabalho.

[...] O Brasil envelhece. Segundo o Ipea, a participação de indivíduos entre 15 e 29 anos no total da população alcançou seu pico em 2000. Desde então, tem declinado, ao passo que, até 2020, o número de brasileiros com 80 anos ou mais deve dobrar, até alcançar a marca de 6 milhões. Os jovens de hoje sustentarão os velhos de amanhã (VIEIRA; BONIS apud MACHADO; RODRIGUES, 2013, p. 67).

O aumento da taxa de adultos que procuraram tanto pelos exames como pela EJA também é explicado por Oliveira (2005) em seu artigo “Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem”, onde a autora diz ser uma questão cultural, em que esses jovens e adultos são “excluídos” da escola regular. Essa exclusão se dá pelo fato dessas pessoas terem que trabalhar muito cedo e assim evadirem das escolas, retornando, posteriormente, na busca de certificação por meio dos Exames Supletivos.

O Gráfico a seguir representa a categoria gênero, em relação às quatro décadas analisadas.

Gráfico 2 – Gênero dos candidatos aos exames supletivos em Goiás



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados acessados no Acervo da Seduc/Go

Os candidatos que se inscreveram nos exames em 1973 correspondem a 81% do gênero masculino, sendo que em 1996 estes corresponderam a 52% dos candidatos. Isto representa um crescimento no número de mulheres que passam a buscar a certificação pelos Exames Supletivos de 2º grau. No ano de 1975 a procura continuou sendo maior entre o gênero masculino com 57%.

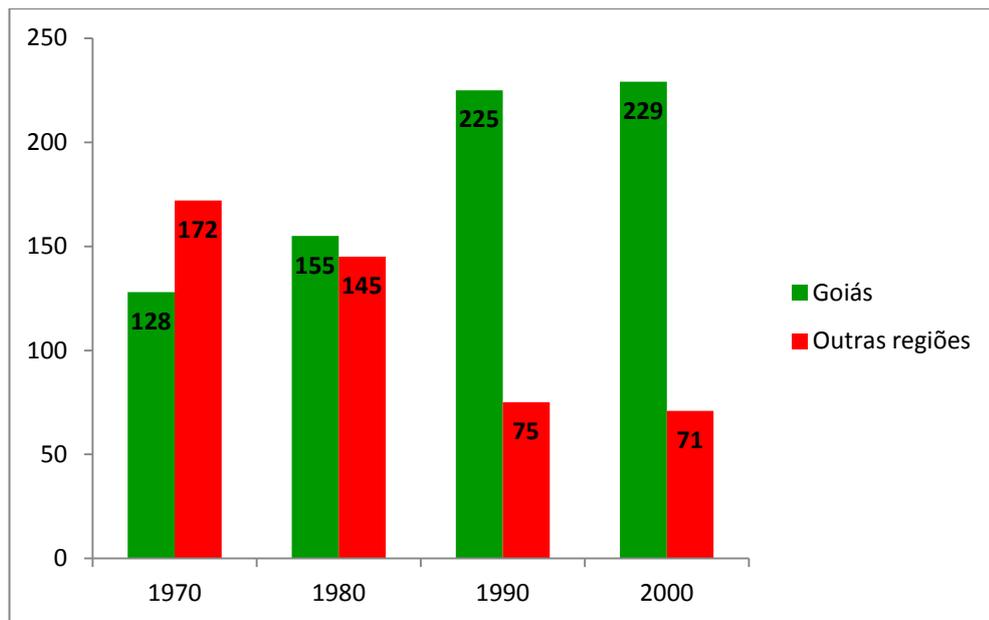
Na década de 1980 o percentual de gênero ficou quase equiparado entre masculino e feminino, com 57% e 43% respectivamente; em 1985 60% do gênero masculino e 40% do gênero feminino; em 1989, 53% do gênero masculino e 47% do gênero feminino. No ano de 1999, novamente o percentual de gênero ficou quase equiparado, com 52% do gênero masculino e 48% do gênero feminino. Já na década de 2000, esse percentual oscilou nos anos analisados, iniciando no ano de 2000 com 67% do gênero masculino e 33% do gênero feminino; em 2005 com 73% do gênero masculino e 27% do gênero feminino; em 2009 com 56% do gênero masculino e 44% do gênero feminino.

Essa oscilação no percentual geracional dos anos analisados se deu pelo fato de que, para a mulher o retorno à escolarização foi sempre mais desafiador do que para os homens,

[...] se para os jovens, adultos e idosos da EJA do sexo masculino a realidade em que estão inseridos é perversa, quando falamos das alunas desta modalidade, em geral é ainda mais difícil, pois além do trabalho fora do lar enfrentam uma terceira jornada em casa, e nem sempre contam com a parceria e colaboração dos parceiros. (MACHADO; RODRIGUES, 2013, p.75).

Essa realidade não foi uma tendência presente apenas para as mulheres que procuraram pelos exames, pois já era comum nos cursos ofertados na EJA a menor presença do gênero feminino. Com o passar do tempo o acesso das mulheres na escolarização foi aumentando, sendo que as matrículas do INEP no século XXI já indicam maior presença de mulheres, sobretudo nas classes do primeiro segmento da EJA.

Para as reflexões sobre a origem dos candidatos, ou seja, naturalidade, estes foram agrupados em relação ao Estado de Goiás e outras regiões do país. Estes dados estão representados no Gráfico a seguir.

Gráfico 3 – Naturalidade dos candidatos aos exames supletivos em Goiás

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados acessados no Acervo da Seduc/Go

Os dados acompanham o histórico migratório que foi vivenciado por Goiás nas décadas de 1970 a 1990, portanto, os candidatos aos Exames Supletivos em Goiás, na década de 1970, eram a maioria de fora do Estado de Goiás, condição que vai se inverter com os dados de 1996, permanecendo no final da década no ano de 1999 e continuando na década de 2000 até o último ano em que os exames foram ofertados em Goiás.

No ano de 1973, 69% eram candidatos de outras regiões do país e 31% de Goiás; em 1975, 46% eram de outras regiões do país 54% de Goiás; e, em 1979, 67% dos candidatos eram de outras regiões e 43% de Goiás. No ano de 1980 57% eram de outras regiões e 43% do Estado de Goiás; em 1985 caíram para 39% os candidatos de outras regiões passando para 61% os do Estado de Goiás; e, em 1989 49% eram de outras regiões e 51% de Goiás.

A década de 1990 confirma a redução do fluxo de migrantes buscando os Exames Supletivos no Estado de Goiás, pois em 1993 eram 70% do Estado de Goiás e 30% de outras regiões, no ano de 1996, 80% eram do Estado de Goiás e apenas 20% de outras regiões e no ano de 1999, 75% eram do Estado de Goiás e 25% de outras regiões. Na década de 2000, o fluxo de migrantes que realizavam as provas no Estado continuou caindo. No ano de 2000, 74% eram de Goiás e 26% de outras regiões, no ano de 2005 eram 76% do Estado de Goiás e 24% de outras regiões, em 2009 eram 79% de Goiás e

21% de outras regiões e em 2012 eram 67% do Estado de Goiás e 33% de outras regiões do país.

A grande procura pelos Exames Supletivos em Goiás por migrantes nas décadas de 1970 e 1980 se deu pelo fato desses, provavelmente, virem com suas famílias no fluxo migratório da década de 1940 para trabalhar em fazendas. Sendo que, em décadas posteriores, a redução da oferta de trabalho no campo levou esses trabalhadores a buscar a cidade e a tentativa de acesso à escolarização.

Só as grandes fazendas de pecuária extensiva dos coronéis tinham as condições para transportar seu excedente, especialmente o gado, conduzido por tropeiros, possibilitava aos fazendeiros o estabelecimento de elos comerciais entre Goiás, Minas e São Paulo, e trazia bons rendimentos para a arrecadação estadual. Portanto, representavam a forma de permanência do homem no campo e de ocupação do território goiano, delineando novos marcos e abrindo novas fronteiras econômicas. (RODRIGUES, 2007, p. 33).

Assim, a população crescia aumentando a economia e também a necessidade de escolarização. O processo migratório também se deu pela chegada da estrada de ferro ao Estado de Goiás, valorizando as terras goianas, nessa época houve uma grande expansão da população do Estado, sendo maior que a taxa de aumento da população brasileira.

Dessa forma, entende-se que os sujeitos que procuravam e que ainda procuram pelos Exames Supletivos, são pessoas que precisam e, de certa forma, almejam continuar os estudos. Por isso, é necessário dar importância a toda a documentação armazenada no acervo da secretaria do Estado, pois ainda há procura por parte das pessoas que realizaram essas provas e cada documento armazenado faz parte da história e da memória desses sujeitos.

2.1.2 O que a documentação revela sobre as provas dos Exames Supletivos

A pesquisa documental possibilitou o acesso a informações relativas às disciplinas procuradas para certificação, neste universo de 1300 candidatos. Por não se tratar de uma amostra representativa do universo dos quase 300.000 candidatos, foram analisadas as disciplinas mais procuradas nas quatro décadas e os percentuais de aprovação e reprovação relativos a estas disciplinas.

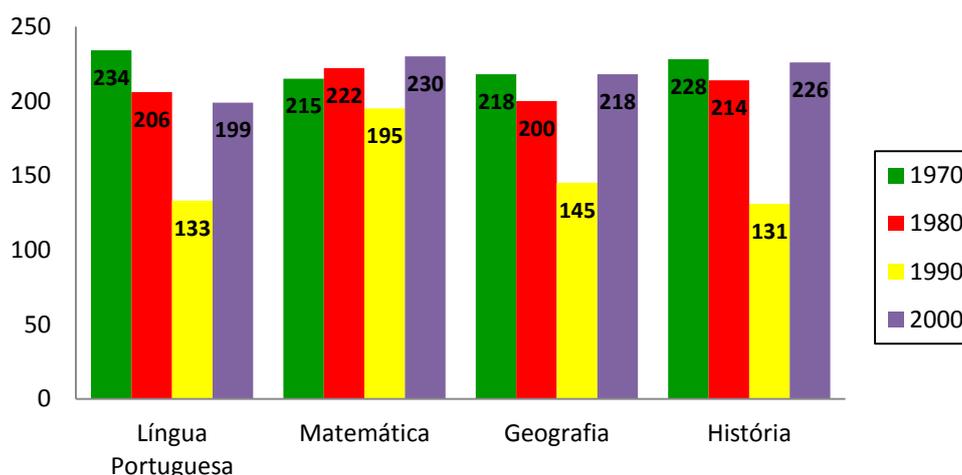
Com relação ao procedimento que envolvia a aplicação dos Exames Supletivos, a partir de uma entrevista realizada com ex-técnico que trabalhou no centro de estudos supletivos de Goiás, afirma que,

Havia um rigoroso planejamento para a realização dos Exames Supletivos como: inscrições, elaboração, impressão e aplicação das provas, e, finalmente, a divulgação dos resultados. Para a aplicação das provas viajavam 02 técnicos da Unidade de Ensino Supletivo para cada um dos municípios polos, os quais eram responsáveis pela guarda, sigilo e aplicação dessas provas. (Entrevistado 3, 2013, p. 7).

Os dados das fichas cadastrais nos permitem identificar dos inscritos nos exames, quem compareceu ou não para as provas, os aprovados e reprovados. Dentre as fichas analisadas, não foi identificado um índice significativo de abstenção ao exame, embora este tenha sido um argumento utilizado pela Seduc/GO para a redução da oferta de exames de duas aplicações para uma aplicação, a partir de 1998, portanto, esta não será uma informação analisada nos gráficos.

O Gráfico 4 apresenta as quatro disciplinas mais procuradas nas décadas de 1970, 1980, 1990 e 2000.

Gráfico 4 – Disciplinas mais procuradas nos Exames Supletivos das décadas de 1970, 1980, 1990 e 2000.



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados acessados no Acervo da Seduc/Go

Nota 1: A partir de 1980 os componentes de Língua Portuguesa e Literatura passam a ser avaliados em uma única prova.

As disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Geografia e História tiveram uma procura bastante acentuada nas décadas de 1970, 1980, 1990 e 2000. Esse gráfico foi construído a partir dos candidatos que compareceram para realizar as provas nos três anos analisados nas quatro décadas, priorizando início, meio e fim das décadas. Em nenhum ano utilizado na análise observa-se a procura de uma disciplina por 100% dos candidatos, todavia pode ser constatado que a alta procura, nos anos analisados de 1970 e 1980, não se mantêm nos anos analisados na década de 1990, mas essa alta procura retorna na década de 2000.

As disciplinas menos procuradas na década de 1970 foram Ciências físicas e Biológicas, Organização Social e Política do Brasil, Inglês e Francês, sendo que essas duas últimas disciplinas começaram a ser aplicadas no ano de 1979. As disciplinas menos procuradas na década de 1980 são as mesmas disciplinas, com menor índice de procura na década de 1970. Houve uma mudança no ano de 1989 com a disciplina de Ciências Físicas e Biológicas, que a partir desse ano se desmembra em três disciplinas: Física, Química e Biologia, que também teve menor procura nesse ano se comparadas com as disciplinas mais procuradas nas três décadas. As disciplinas menos procuradas na década de 1990 foram Organização Social e Política do Brasil, Química, Física, Biologia e Inglês.

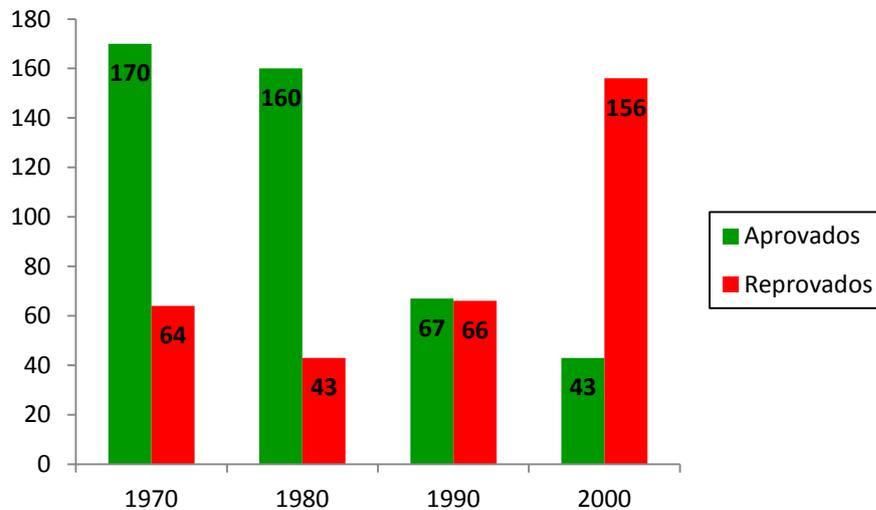
Na década de 1990, o percentual pela procura dessas disciplinas foi menor em relação às outras três décadas analisadas. Essa queda na procura pelos exames na década de 1990 se deu pelo fato da maneira como as provas foram elaboradas, pois segundo uma ex-funcionária do departamento de elaboração das provas,

a gente estava centrado na melhoria da qualidade das provas. Fizemos isso, um número muito alto, altíssimo de reprovação. As pessoas que tinha experiência lá na superintendência, muitas vezes falaram que nossas provas estavam em um nível altíssimo, além do ensino médio, além do fundamental. (Entrevistada 6, 2014, p. 1).

Dessa forma, o índice pela procura nos exames sofreu uma queda na década de 1990, mas na década de 2000, a busca pelos exames volta a crescer. Parte da explicação desse crescimento, segundo a entrevistada 5, dá-se pelo aumento de jovens que passam a buscar os exames supletivos como forma de conclusão do ensino médio para acesso à Universidade, dado que há uma ampliação de oferta de curso superior nesse período e estes utilizavam do Exame Supletivo para obter certificação antecipada.

O Gráfico 5 apresenta os índices de aprovação e reprovação da disciplina de língua portuguesa nas quatro décadas analisadas.

Gráfico 5 – Dados de aprovação e reprovação da disciplina de Língua Portuguesa nos Exames Supletivos das décadas de 1970, 1980, 1990 e 2000.



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados acessados no Acervo da Seduc/GO

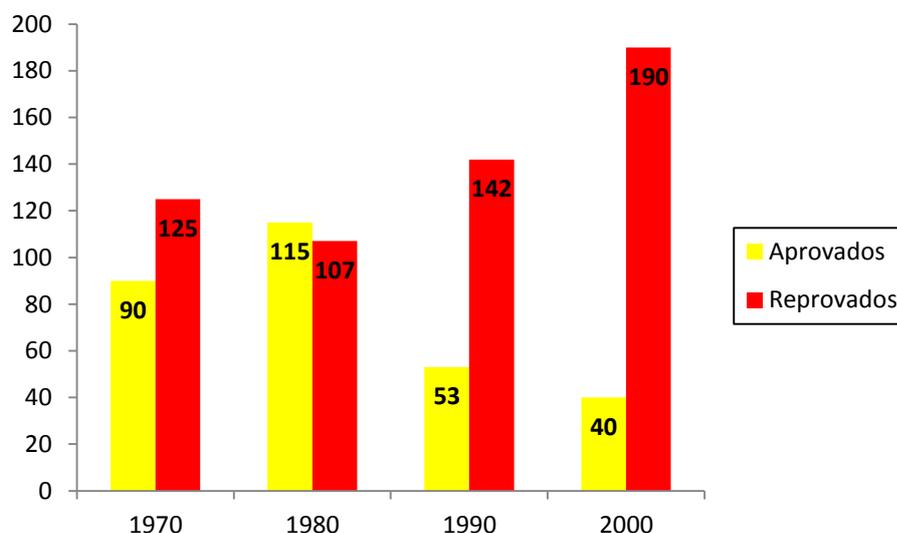
A disciplina de Língua Portuguesa foi uma das disciplinas mais procuradas nas quatro décadas analisadas. O índice de reprovação nas décadas de 1970 e 1980 é baixo, uma vez que alcança 27% em 1970 e 22% em 1980. Na década de 1990, indicam queda na procura pelos exames e aumento na reprovação dos candidatos, chegando a 49% o percentual de reprovados.

A década de 2000 demonstra um alto índice de reprovação em Língua Portuguesa, mas, também nas outras três disciplinas mais procuradas. Percebe-se que o índice de aprovação na década de 2000 é pequeno em relação às outras décadas analisadas, uma vez que nessa década o índice pela procura aos exames foi alto.

A disciplina de Língua Portuguesa teve um percentual de 21% de aprovação, enquanto nas décadas de 1970, 1980 e 1990 tiveram 72%, 77% e 49% respectivamente. Em relação aos dados referentes à reprovação, o gráfico acima demonstra um percentual elevado na década de 2000, chegando a 79% o índice de reprovação, diferentemente das outras décadas, em que o percentual de reprovação não atingiu 50%.

A disciplina de Matemática teve grande procura nessas três décadas, mas diferentemente da disciplina de Língua Portuguesa, teve índices elevados de reprovação, como nas décadas de 1970, que correspondeu a 58% de reprovação, e, 1990 que correspondeu a 73% de candidatos reprovados. O gráfico a seguir apresenta esses índices.

Gráfico 6 - Dados de aprovação e reprovação da disciplina de Matemática nos Exames Supletivos nas décadas de 1970, 1980, 1990 e 2000.



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados acessados no Acervo da Seduc/Go

Apenas na década de 1980 o índice de aprovação foi maior do que o de reprovação, pois este último ficou em 48% dos candidatos reprovados, mesmo assim o índice de reprovação foi elevado.

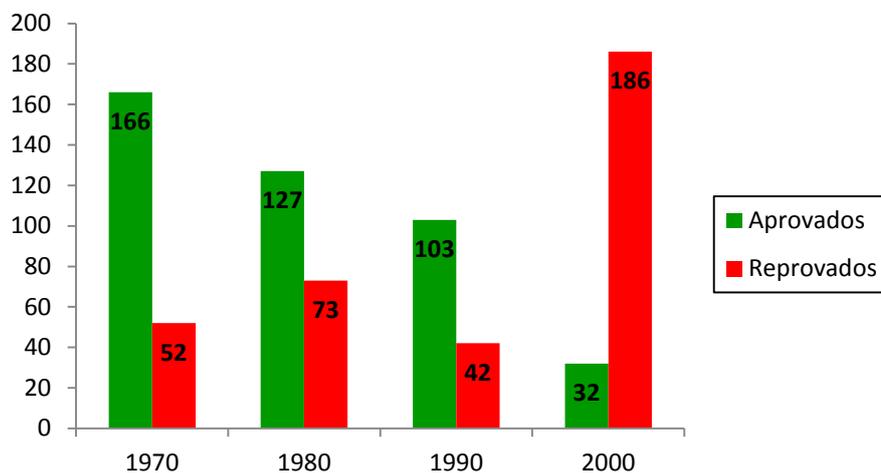
A partir do ano de 1989, ano em que foram implementadas as disciplinas de Biologia, Química e Física, o índice de reprovação nessas três disciplinas foi quase de 50% se comparado com o índice de aprovação. Já na década de 1990, anos de 1993 e 1996 o índice de reprovação foi maior do que o índice de aprovação nessas três disciplinas, apenas no ano de 1999 o índice de aprovação nessas três disciplinas foi maior do que o índice de reprovação, considerando que em nenhuma dessas disciplinas a procura chegou a 100% do número de candidatos analisados.

Na década de 2000, o índice de aprovação foi baixo, se comparado às outras décadas, chegando a um percentual de 17%, enquanto na década de 1970 foi de 42%, em 1980 52% e em 1990 27%. Em relação à reprovação, na década de 2000 o percentual chegou a 83%, o índice mais alto das quatro décadas analisadas, considerando que apenas a década de 1980 teve um índice menor de reprovação do que aprovação na disciplina de matemática, com 48%, se comparado com 1970 que teve 58% e 1990 com 72%.

A disciplina de Geografia teve alto índice de aprovação nas décadas de 1970, 1980 e 1990, sendo que em nenhum ano analisado o índice de reprovação se equiparou

ao índice de aprovação. Em 1970 os aprovados representaram 76% dos candidatos, em 1980 foram 63% aprovados e em 1990 foram 71% candidatos aprovados.

Gráfico 7 - Dados de aprovação e reprovação da disciplina de Geografia nos Exames Supletivos nas décadas de 1970, 1980, 1990 e 2000.

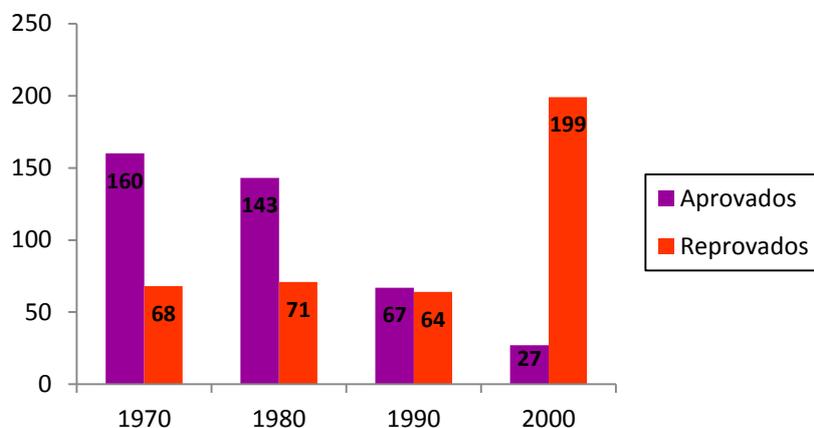


Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados acessados no Acervo da Seduc/Go

Na década de 2000, o percentual para a disciplina de geografia sofre uma mudança e o índice de reprovação foi o mais elevado das quatro décadas analisadas, com um percentual de 85%, enquanto as décadas anteriores mantêm um índice abaixo de 50%, com 23% em 1970, 36% em 1980 e 29% em 1990.

A disciplina de História teve maior índice de aprovação nas décadas de 1970, 1980 e 1990, já na década de 2000 o índice de reprovação foi mais elevado do que o índice de aprovação, como pode se observar no gráfico a seguir.

Gráfico 8 - Dados de aprovação e reprovação da disciplina de História nos Exames Supletivos nas décadas de 1970, 1980, 1990 e 2000.



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados acessados no Acervo da Seduc/Go

Na década de 1990, índice de aprovação e reprovação na disciplina de história quase se equiparou, com um percentual de 51% e 49% respectivamente. Já na década de 2000, o índice de reprovação é elevado em relação às outras décadas analisadas, com um percentual de aprovação de 88%, enquanto nas décadas de 1970, 1980 e 1990 os percentuais são de 30%, 33% e 49% respectivamente.

Há uma mudança de comportamento nos candidatos dos exames supletivos no contexto da década de 1990, que se evidencia na redução pela procura aos exames e no aumento da reprovação, que de acordo com entrevista realizada com ex-técnicos da Superintendência de Educação a Distância de Goiás - Sued/GO, “o que se constatou foi o aparecimento de cursos irregulares ou então simplesmente a venda de diplomas, tendo sido necessário intervir, em alguns momentos, com apelo à segurança pública”. (Entrevistada 4, 2013, p. 5).

Na década de 1990, a Sued/GO, além destas denúncias em relação a cursos irregulares e vendas de diplomas, introduz um procedimento de avaliação interna após a realização dos exames,

Após cada Exame era realizada uma análise pedagógica, avaliando a execução do mesmo, especialmente ao que se refere aos programas das disciplinas e organização das provas, com o intuito de superar possíveis falhas e construir alternativas práticas que impossibilitassem a “fábrica de fracassos” dos candidatos. (Entrevistada 4, 2013, p. 13).

Segundo as entrevistadas 5 e 6, as provas elaboradas para os Exames Supletivos foram, a todo o momento, supervisionadas por profissionais capacitados, um professor da rede estadual e um professor da Universidade Federal de Goiás, mas especificamente do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicado a Educação (Cepae). Esses profissionais sempre buscavam o melhor desempenho dos candidatos que almejavam a certificação de ensino, através dos exames, mantendo parcerias com as escolas que ofertavam EJA para repassar provas antigas, todo o material possível para as pessoas se prepararem bem para os exames. Por isso esse trabalho não poderia ficar perdido no tempo ou esquecido em armários de arquivos.

2.1.3 Relação entre programas e provas nos exames supletivos em Goiás

A elaboração das provas para os Exames Supletivos em Goiás eram feitas de acordo com programas que a secretaria de Estado organizavam e disponibilizavam para as escolas, onde a demanda pela procura para os exames era significativa.

Com o acesso as provas e programas da década de 2000, pude perceber que os professores responsáveis pela elaboração das provas se embasavam nos programas para organizar as avaliações e buscavam prepará-las a maneira que os candidatos tivessem condições de conseguir um resultado positivo. De acordo com a entrevistada 6,

A preocupação com a reprovação continuava sendo muito alta, a gente começou a fazer assim, um do colégio aplicação, porque diziam que as provas eram muito difíceis, e um da rede do estado, do ensino médio ou fundamental do estado. Quase sempre eram professores do Liceu, ou professores do Ceja aqui do setor Universitário e do Arco Íris. E a gente foi melhorando, e continuava, diminuiu algumas disciplinas, por exemplo, matemática, física e química era um horror, não chegava a 1% e nós fomos pensando no que fazer, chamamos professor revisor de conteúdo, então dois professores elaboravam as provas e um professor revisor de conteúdo que nós chamávamos analisava a prova considerando o nível de dificuldade, considerando o tempo que os alunos gastariam para responder aquelas questões, eram 30 questões e como sobrava muitas provas, nós começamos assim encaminhar as provas, a gente divulgava que os candidatos que tinham interesse em pegar as provas dos anos anteriores poderiam buscar, ao invés de vender o papel ou jogar fora, nós fizemos isso. Então quem quisesse pegar as provas poderia, professor da rede que quisesse pegar as provas a gente dava as provas e o gabarito para os professores estudarem, era material de estudo para os candidatos, só que isso ficou muito centrado aqui em Goiânia, porque a gente sabia que no interior era nos núcleos de tecnologia e quando tinha as escolas com EJA, a gente colocava lá também e pedia para o coordenador atender os alunos, por exemplo, se você tem interesse quer ver as provas que conversasse um pouco com os alunos. Isso a gente não teve controle, quer dizer foi uma ideia, uma tentativa, que eu acho que a gente fez isso uns três anos, depois nós pensamos que seria orientação de estudo nas escolas que tinha EJA e nas escolas em todos os locais em que fosse haver prova. A gente podia espalhar para o estado todo, mas nas escolas, nas cidades sede de exames supletivos a gente tentou organizar um grupo de professores para fazer plantão para atender os alunos. (Entrevistada 6, 2014, p.2).

Com essa organização, o índice de reprovação diminuiu na década de 2000, em relação ao alto índice da década de 1990. Mesmo assim a preocupação e o cuidado em fornecer o material para estudo dos candidatos se manteve. Os programas para os Exames Supletivos foram preparados por disciplinas, contendo o conteúdo e a bibliografia básica de cada disciplina.

Em relação à disciplina de Língua Portuguesa, percebe-se que a prova aplicada no ano de 2011 condiz com o programa elaborado para a disciplina. A Imagem 4 traz parte do programa da disciplina de Língua Portuguesa, que explica o conteúdo e que faz relação às questões presentes na prova dessa disciplina. A imagem 5 traz questões do ano de 2011 condizentes ao programa dos Exames Supletivos daquele ano.

Imagem 4 – Programa dos Exames Supletivos Língua Portuguesa/2011

1.3— **Compreensão e interpretação de textos:** as várias possibilidades de leitura; informações explícitas e implícitas de um texto; polissemia; ambigüidade, equívoco, contradição (todos esses elementos dizem respeito aos recursos lingüísticos referentes à relação entre linguagem denotativa e conotativa - metáfora, hipérbole, ironia, eufemismo, antíteses, etc.).

1.4- **Gêneros:** textos literários e não-literários - características de cada um deles, tendo em vista as intenções comunicativas do autor em relação aos seus leitores, tais como: poesia e prosa, textos jornalísticos dos mais diversos gêneros (notícia, comentário, informação) textos didáticos, informativos, científicos; letras de música; propaganda, quadrinhos, charges etc., envolvendo os três tipos de textos - dissertativo, narrativo e descritivo.

Obs.: A fim de facilitar o seu estudo, estamos selecionando aqui tópicos que estão presentes tanto no item 1- **Leitura**, como no item 2- **Análise Lingüística**, a saber: funções da linguagem, significações das palavras, discursos direto, indireto e indireto livre.

Fonte: Seduc/GO

Imagem 5 – Exames de Jovens e Adultos/2011 da disciplina de Língua Portuguesa

NUED – EXAMES DE JOVENS E ADULTOS 2011	LÍNGUA PORTUGUESA – ENSINO MÉDIO
<p>Leia a poesia a seguir para responder às questões de 10 a 12.</p> <p>Texto 2</p> <p>“Eu quero muito lhe falar...” Eu quero muito lhe falar, as palavras fogem. Qualquer uma pode construir ou derrubar. Perdida entre coloridas flores, Uma melhor se destaca pra expressar, aí vejo outra tão bela e fico na dúvida. Na vontade do doce, um parece mais gostoso que outro. E ainda acharei a frase certa, pra depois ensaiar, e enfim tocar teu interior e te mover. Antes minha garganta estava seca, agora resolvi falar pra transgredir e por do avesso. Comunicação é coluna, é pilar... Agora o sentimento, sabe? Aquele lá... Que seria um substantivo abstrato? Tem vida própria e é voluntarioso, Expandido em flor, em fogo, Fica voluptuoso e só será possível mostrar! Sem palavras! Só se você quiser... Só se você deixar... Elisa Maria Gasparini Torres</p>	<p>————— QUESTÃO 11 —————</p> <p>No 1º verso da poesia “Eu quero muito lhe falar...”, o que desejou dizer a autora?</p> <p>a) Para o “apaixonado” é natural encontrar as palavras certas. b) Com palavras ensaiadas é mais fácil a comunicação. c) Para que haja comunicação tem que ter a frase certa. d) Com palavras ensaiadas pode tocar o coração da amada.</p> <p>————— QUESTÃO 12 —————</p> <p>A palavra transgredir no 10º verso significa</p> <p>a) ultrapassar. b) considerar. c) construir. d) aceitar.</p> <p>————— RASCUNHO —————</p>
<p>————— QUESTÃO 10 —————</p> <p>Nos versos “Eu quero muito lhe falar, as palavras fogem./Qualquer uma pode construir ou derrubar”, a autora nos conduz a uma reflexão sobre o poder das palavras. O uso adequado delas pode</p> <p>a) comprometer a comunicação. b) destruir um relacionamento. c) obstruir a comunicação. d) favorecer um relacionamento.</p>	

Fonte: Seduc/GO

O índice de reprovação nas disciplinas mais procuradas não era ocasionado por falta de informação do conteúdo das provas, pois havia grande preocupação dos funcionários que trabalhavam no processo de organização e elaboração dos exames,

nós fizemos tudo isso pra ver se diminuía o índice de reprovação e a preocupação nossa também era fornecer material de estudo. Pedi nas escolas que tinham Eja que colocasse na biblioteca alguns livros pelo menos e que nessas escolas também alguns professores, porque até a gente falou que eles tinham horas de atividade e que a direção poderia designar se não todas as disciplinas, pelo menos língua portuguesa e matemática para atender os alunos. (Entrevistada 6, 2014, p. 2).

Para a disciplina de Matemática, assim como a disciplina de Língua Portuguesa, a prova manteve o padrão do programa lançado para a disciplina no ano de 2011. As imagens 6 e 7 mostram o programa e o conteúdo da disciplina de matemática, respectivamente.

Imagem 6 – Programa dos Exames Supletivos de matemática/2011

CONTEÚDOS

1. Estruturas Algébricas

- 1.1. Operações e propriedades dos números naturais, inteiros, racionais, reais e polinômios.
- 1.2. Mínimo Múltiplo Comum

2. Conjuntos

- 2.1. Conceitos de conjuntos
- 2.2. Igualdade de conjuntos
- 2.3. Subconjuntos e relação de inclusão
- 2.4. Complementares
- 2.5. Operações entre conjuntos

3. Relações e Funções

- 3.1. Sistema Cartesiano
- 3.2. Par ordenado e Produto Cartesiano
- 3.3. Conceitos de relações e funções
- 3.4. Domínio, contradomínio e conjunto imagem
- 3.5. Gráfico de função

4. Funções Polinomiais

- 4.1. Conceito de funções Afim e de 1º. grau
- 4.2. Gráficos de funções Afim e de 1º. grau
- 4.3. Conceito de função de 2º. grau
- 4.4. Gráfico de função de 2º. grau
- 4.5. Equações e inequações de 1º. e 2º. grau

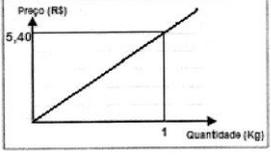
5. Funções Exponenciais e Logarítmicas

- 5.1. Conceito e propriedades
- 5.2. Conceitos de função exponencial e logarítmica
- 5.3. Gráficos
- 5.4. Equações e inequações

- 6. Trigonometria**
- 6.1. Relações trigonométricas no triângulo retângulo
 - 6.2. Ciclo trigonométrico
 - 6.3. Relações fundamentais
 - 6.4. Conceitos de funções seno, co-seno e tangente
 - 6.5. Gráficos
 - 6.6. Equações e inequações
- 7. Progressões**
- 7.1. Progressão Aritmética (PA): definição, termo geral e soma dos termos
 - 7.2. Progressão geométrica (PG): definição, termo geral e soma dos termos
- 8. Análise Combinatória**
- 8.1. Princípio fundamental da contagem
 - 8.2. Fatorial de um número
 - 8.3. Permutação, arranjos e combinações
- 9. Geometria Plana**
- 9.1. Conceito de polígonos
 - 9.2. Classificação dos polígonos
 - 9.3. Propriedades dos polígonos
 - 9.4. Áreas e perímetros de triângulo, quadrilátero e hexágono
 - 9.5. Conceito de circunferência e círculo
 - 9.6. Medidas de figuras planas circulares
 - 9.8. Relações entre círculos e polígonos
- 10. Geometria Especial**
- 10.1. Conceitos de poliedros
 - 10.2. Volume e área de superfície de prismas e pirâmides
 - 10.3. Conceitos de corpos de revolução
 - 10.4. Volume e área de superfície do cilindro, do cone e da esfera
- 11. Sistemas de Equações Lineares**
- 11.1. Conceito de sistemas de equações lineares
 - 11.2. Sistemas de equações lineares de ordem 2 e 3
 - 11.3. Métodos de resolução de sistemas de equações lineares

Fonte: Acervo Seduc/GO.

Imagem 7 – Exames de Jovens e Adultos/2011 da disciplina de matemática

NUED – EXAMES DE JOVENS E ADULTOS 2011	MATEMÁTICA – ENSINO MÉDIO												
<p>Leia o gráfico a seguir para responder às questões 07, 08 e 09. Ele representa a relação entre o preço a pagar e a quantidade adquirida do pão francês na Panificadora Pão Gostoso.</p>  <p>QUESTÃO 07</p> <p>A função que representa esse gráfico é</p> <ol style="list-style-type: none"> a) quadrática. <input checked="" type="radio"/> b) afim. c) exponencial. d) logarítmica. <p>QUESTÃO 08</p> <p>Se x representa a quantidade de pão comprada e y o valor a ser pago, então</p> <ol style="list-style-type: none"> a) $y = 5,4 - x$ b) $y = x + 5,4$ <input checked="" type="radio"/> c) $y = 5,4 \cdot x$ d) $y = 5,4$ 	<p>Leia a tabela que segue para responder às questões 10 e 11.</p> <p>O salário de um trabalhador em janeiro de 2010 era de R\$ 550,00. Esse salário sofreu aumentos de R\$ 50,00 mensais durante todo o ano de acordo com a tabela:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Meses</th> <th>Salário</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Janeiro</td> <td>550,00</td> </tr> <tr> <td>Fevereiro</td> <td>600,00</td> </tr> <tr> <td>Março</td> <td>650,00</td> </tr> <tr> <td>Abril</td> <td>700,00</td> </tr> <tr> <td>⋮</td> <td>⋮</td> </tr> </tbody> </table> <p>QUESTÃO 10</p> <p>O salário desse trabalhador no mês de dezembro foi de</p> <ol style="list-style-type: none"> a) R\$ 1.150,00 <input checked="" type="radio"/> b) R\$ 1.100,00 c) R\$ 1.050,00 d) R\$ 1.000,00 <p>QUESTÃO 11</p> <p>A soma, em reais, dos rendimentos salariais desse trabalhador ao longo do ano, considerando somente os 12 meses, foi de</p> <ol style="list-style-type: none"> a) 12.700,00 	Meses	Salário	Janeiro	550,00	Fevereiro	600,00	Março	650,00	Abril	700,00	⋮	⋮
Meses	Salário												
Janeiro	550,00												
Fevereiro	600,00												
Março	650,00												
Abril	700,00												
⋮	⋮												

Fonte: Seduc/GO

De acordo com o relato da entrevistada 6, percebe-se que a parceria com as escolas e também a perseverança dos alunos eram importantes para adquirirem bons resultados.

Para as disciplinas de geografia e história e para as demais disciplinas que não foram analisadas a partir de gráficos, mas que foram realizadas pelos sujeitos que buscavam pelos Exames Supletivos, houve o cuidado de manter as questões de acordo com o que era proposto nos programas de cada disciplina.

A imagem 8 explicita esse cuidado que os elaboradores dos programas para os exames tinham, explicando como o candidato deveria seguir seu processo de estudos, para a disciplina de geografia, por exemplo.

Imagem 8 – Programa dos Exames Supletivos de Geografia/2011

II – GEOGRAFIA

O programa de Geografia, caro candidato, tem como objetivo apresentar a você os conteúdos básicos desta disciplina a serem desenvolvidos no Ensino Médio. Tais conteúdos são nucleares e estão agrupados em grandes conjuntos ou eixos temáticos, de forma sintética mas abrangente. Espera-se, portanto, que você não limite seu estudo aos temas explicitados, mas o estenda a tópicos dedutíveis desses temas, bem como a temas afins e correlatos.

O processo de construção do conhecimento passa por fases ou etapas sequenciais, cada uma das quais aprofundando e ampliando a aprendizagem anterior. Estas fases são determinadas basicamente pelo desenvolvimento das suas faculdades e estruturas mentais. A cada fase corresponde um nível específico de conhecimento, com competências (ações e operações mentais) características. No primeiro nível (básico), predominam as ações por meio das quais são apreendidas as características distintas dos objetos. No segundo nível (operacional), encontram-se as ações coordenadas que, combinando ação e compreensão, resultam nos esquemas operatórios e nas estruturas reversíveis do conhecimento. No terceiro nível (global), situam-se as ações e operações mais complexas, envolvendo a aplicação ou transferência de conhecimentos a outras situações e a resolução de problemas inéditos.

O Ensino Médio corresponde ao terceiro nível. Como exemplos de competências deste nível, no campo da Geografia, podem ser citadas as seguintes, relacionadas ao tema das migrações: explicar as causas estruturais das migrações contemporâneas; analisar modelos e padrões de fluxos, rotas e destinos dos migrantes; discutir as políticas de migração adotadas pelos países desenvolvidos; avaliar as aplicações demográficas, econômicas e culturais dos atuais fluxos migratórios para a Europa. Nesta fase do seu desenvolvimento mental, você, que era um sujeito questionador, vai se tornando um sujeito argumentador e afirmati-

vo, capaz de formular argumentos para dar suporte às suas próprias idéias e para, eventualmente, refutar as de outros. Assim, você vai construindo a sua autonomia intelectual e sua consciência crítica, o que, em termos de conhecimento geográfico, significa que você está em condições de entender o profundo entrelaçamento dos fundamentos e princípios científicos da geografia com o arcabouço ideológico que dá suporte a esse conhecimento. Ao mesmo tempo, você vai forjando sua identidade, um processo tão ou mais importante que o desenvolvimento da sua capacidade intelectual.

Concluindo, a geografia oferece a você, aluno-argumentador, instrumento para uma postura crítica e autônoma e para o exercício pleno e participativo da cidadania, bem como para a construção de seu próprio código de ética, que vai qualificar sua inserção no convívio e na prática sociais.

Uma última observação: este programa não é nem pretende ser mais do que um referencial, indicando a você um direcionamento geral e flexível para orientar seu estudo de geografia. Os conteúdos programáticos aqui propostos são essencialmente, os mesmos que você poderá encontrar, mais ou menos detalhados, nos textos didáticos indicados na bibliografia anexa, bem como em outros disponíveis no mercado.

Espera-se que, com os conhecimentos e competências já adquiridos nas séries anteriores, você não encontre maiores dificuldades em localizar nesses textos os temas correspondentes aos aqui propostos, mesmo eles estando apresentados com palavras diferentes ou com outras seqüências.

1-A GEOGRAFIA POLÍTICA DO MUNDO ATUAL

- 1.1 A regionalização do espaço mundial
- 1.2 O Brasil no contexto internacional
- 1.3 Brasil: país subdesenvolvido industrializado

2-A POLÍTICA ENERGÉTICA MUNDIAL

- 2.1 A importância das fontes de energia

3-A POPULAÇÃO MUNDIAL E A BRASILEIRA

- 3.1 O processo de urbanização da humanidade
- 3.1.1 A urbanização nos países desenvolvidos
- 3.1.2 A urbanização nos países subdesenvolvidos
- 3.1.3 Estrutura da população no Brasil e no mundo

4-A AGRICULTURA BRASILEIRA

Fonte: Acervo Seduc/GO.

Na imagem 9, percebe-se que as questões da prova de geografia também estão de acordo com o programa da disciplina, reafirmando que os elaboradores das provas almejavam que os candidatos fossem aprovados nos exames.

Imagem 9 – Exames de Jovens e Adultos/2011 da disciplina de geografia

NUED – EXAMES DE JOVENS E ADULTOS 2011	GEOGRAFIA – ENSINO MÉDIO
<p>————— QUESTÃO 01 —————</p> <p>O século XX foi um período importante para o processo de uso e ocupação da região Centro Oeste do Brasil. Nele, deu origem uma intensa fragmentação territorial com a criação de novos estados, municípios e cidades planejadas como</p> <ol style="list-style-type: none"> a) Goiânia, Campo Grande e Cuiabá. b) Porto Nacional, Anápolis e Brasília. <input checked="" type="radio"/> c) Goiânia, Palmas e Brasília. d) Campo Grande, Cuiabá e Anápolis. <p>————— QUESTÃO 02 —————</p> <p>O processo de ocupação do Planalto Central tornou-se mais intenso com a construção de Brasília e das rodovias que passaram a integrar a nova capital ao resto do país. Como consequência, o bioma desta região foi rapidamente degradado por causa das atividades econômicas desenvolvidas nos últimos anos. Este bioma corresponde a</p> <ol style="list-style-type: none"> a) Amazônia. <input checked="" type="radio"/> b) Cerrado. c) Mata Atlântica. d) Caatinga. 	<p>————— QUESTÃO 04 —————</p> <p>Observe a imagem a seguir representando tipos de projeções cartográficas.</p>  <p>TAMDJIAN, J. O. Geografia Geral e do Brasil: estudo para a compreensão do espaço. São Paulo: FTD, 2005.</p> <p>O planisfério é uma representação que relaciona as distâncias e os ângulos da Terra. Com base nos conhecimentos cartográficos e na ilustração, pode-se dizer que o planisfério parte de uma projeção</p> <ol style="list-style-type: none"> <input checked="" type="radio"/> a) cilíndrica. b) cônica. c) azimutal. d) azimutal ortográfica. <p>————— QUESTÃO 05 —————</p> <p>Leia o texto a seguir.</p>

Fonte: Seduc/GO

A partir do acesso as provas e programas foi possível compreender que os exames supletivos em Goiás foram elaborados, visando atender sempre o candidato que iria realizar as provas, pois de acordo com a entrevista feita, a ex-funcionária deixa claro que eles estavam sempre em busca de melhorar as provas para que os candidatos fossem beneficiados e a cada ano de elaboração, buscavam aperfeiçoar a maneira de publicação e divulgação dos exames.

Quando nós começamos, a gente também fez um edital, antes era um edital bem simplificado, nós detalhamos o edital, fizemos constar no edital tudo que poderia, inclusive a possibilidade de recursos, revisão de questões e a gente pensava que eles não fossem usar e muitos usavam. Publicamos o gabarito, não publicava, aí a gente divulgava o gabarito, chamava de gabarito provisório, porque eles tinham tempo para entrar com recurso e após o recurso em alguns casos nós mudamos o gabarito. Era banca, revisão de conteúdo e ainda houve caso que a gente mudou o gabarito, por exemplo, era A e passou para B, agora muitas vezes poderia ter a marcação errada, mas em outros casos não. Então assim era uma vantagem e eu acho que isso foi bom porque eles inclusive viram a questão do direito, a questão da possibilidade de questionar. Nós trabalhávamos com tanto empenho. (Entrevistada 6, 2014, p. 3).

A relação entre os programas e as provas ao longo dos anos em que os Exames Supletivos foram ofertados em Goiás trouxeram vantagens e melhorias para os sujeitos que realizavam essas provas, pois a secretaria, com o trabalho dos elaboradores, disponibilizavam todo o aporte teórico e todo o material para que os candidatos pudessem se preparar antecipadamente para fazer as provas.

A preparação poderia ser feita nas escolas que ofertavam EJA, mas também poderia ser feita pela procura do candidato na secretaria ou até mesmo no site. A comissão organizadora dos Exames Supletivos buscava aperfeiçoar os programas e provas preocupando-se com o candidato. Essa preocupação e aperfeiçoamento se deram até o último ano em que o Estado de Goiás ofereceu os exames.

Mesmo com toda a preocupação com o índice de aprovação dos candidatos, por parte dos profissionais que elaboravam as provas dos Exames Supletivos, o índice de reprovação continuou crescendo, o que parece contraditório considerando os dados coletados e as entrevistas realizadas. Sendo que as entrevistadas afirmam a disponibilidade de programas e provas para os candidatos se prepararem e os dados mostram que o índice de reprovação aumentou com o passar das décadas.

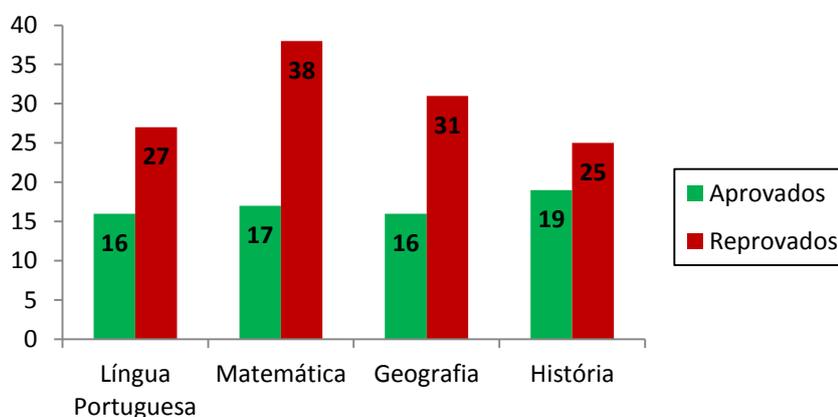
2.2 A suspensão dos Exames Supletivos em Goiás

O ano de 2012 foi o último ano em que o Estado de Goiás ofereceu os Exames Supletivos. Essa suspensão se deu por decisão da administração governamental, de acordo com entrevista realizada com uma funcionária da Seduc/GO, que trabalha no departamento de expedição dos certificados dos exames, “na verdade ele foi suspenso, não pode afirmar que ele encerrou, acabou, porque quando trocar o governo a gente não sabe como que fica. Então o último exame oferecido foi no ano de 2012”. (Entrevistada 5, 2014).

No ano de 2012, o percentual de candidatas jovens que realizaram as provas foi de 53% e de adultos 39%, já a procura pelo gênero feminino foi maior do que o gênero masculino, com índices de 54% e 46%, respectivamente, o que demonstra com o passar das décadas a inserção da mulher e do público jovem passou a procurar por certificação através dos Exames Supletivos.

A procura pelos exames sofreu uma queda, em relação às quatro disciplinas mais procuradas nas outras décadas analisadas, como se observa no gráfico a seguir, onde a procura foi acima de 50% apenas na disciplina de matemática.

Gráfico 9 - Dados de aprovação e reprovação das disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Geografia e História nos Exames Supletivos no ano de 2012.



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados acessados no Acervo da Seduc/Go

O índice de reprovação no ano de 2012 foi elevado nas quatro disciplinas analisadas, com percentuais de 63% de reprovação em língua portuguesa, 69% em matemática, 66% em geografia e 57% em história. Esse índice pode ser explicado pela procura de candidatos que estiveram por muito tempo afastados da escola e queriam realizar as provas para garantir certificação, dessa forma, a preparação seria muito importante, pois as provas foram bem elaboradas pela equipe da Seduc/GO destinada a

elaboração dos exames, o que pode ser comprovado pela imagem 10, que mostra questões da disciplina de matemática dos exames no ano de 2012.

Imagem 10 – Exames Supletivos/2012 da disciplina de matemática

SEDUC-GO- EXAMES SUPLETIVOS 2012		MATEMÁTICA- ENSINO MÉDIO	
<p>QUESTÃO 15</p> <p>Uma caixa contém 3 bolas brancas, 5 pretas e 2 verdes. Retira-se, ao acaso, uma bola da caixa. Qual a probabilidade dela ser branca?</p> <p>a) 10% b) 20% <input checked="" type="radio"/> c) 30% d) 40%</p>		<p>QUESTÃO 18</p> <p>A diferença entre o percentual de funcionários que trabalham no setor de produção e o percentual de funcionários que trabalham no almoxarifado é:</p> <p><input checked="" type="radio"/> a) 35% b) 45% c) 50% d) 55%</p>	
<p>QUESTÃO 16</p> <p>Mateus saiu de Petrolina com destino a Guatambi e passará por Marai, como mostra a figura.</p>  <p>De quantas maneiras distintas Mateus poderá realizar essa viagem?</p> <p>a) 8 <input checked="" type="radio"/> b) 12 c) 20 d) 30</p>		<p>QUESTÃO 19</p> <p>O gráfico a seguir representa o valor pago (em reais) na conta de luz de uma residência:</p>  <p>De acordo com o gráfico, o gasto médio, em reais, com a conta de luz neste semestre é de:</p>	

Fonte: Seduc/GO.

A imagem com as questões indica que para obter resultados positivos, o candidato precisaria estar bem preparado. Mesmo com o alto índice de reprovação do último ano em que os exames foram ofertados no Estado, a partir da entrevista, percebe-se que os exames tiveram importância significativa, tanto para os sujeitos que buscavam as provas, quanto para as pessoas que trabalhavam na produção e no desenvolvimento dessas provas, mesmo sendo “substituídos” por outras avaliações de certificação, os exames ainda são motivo de grande procura e queixa da população goiana.

Os Exames Supletivos não foram substituídos instantaneamente pelo Enceja, pois antes mesmos dos exames serem suspensos, este já havia sido aplicado no Estado. Primeiramente o Enceja, segundo a entrevistada 5, “já acontecia por convênio e a Seduc/GO manteve esse convênio com o MEC em parceria também com as secretarias municipais”. Portanto, o Enceja começou a ser aplicado em Goiás no ano de 2008 e continua até os dias de hoje como forma de avaliação das competências e habilidades de jovens e adultos para o ensino fundamental.

Esse exame de competências foi motivo de preocupação dos coordenadores estaduais de EJA, que em 2006 elaboraram uma carta aberta para o Enceja. De acordo com a carta, todos os estados já ofertavam, na modalidade EJA cursos ou exames, um exame a mais não ajudaria a verificar ou avaliar os estudantes, a modalidade busca por mais pesquisadores que se interessem na área e mais apoio do governo, segundo os coordenadores,

A EJA, com a reedição em nível nacional do Encceja estará recebendo do MEC/Inep tratamento discriminatório, incoerente com as suas políticas pois, diferentemente de outras avaliações nacionais fará, com este Exame, a certificação;

A EJA, hoje nos estados, vem priorizando a inclusão do público jovem, adulto e idoso em cursos, tendo em vista a adequação às demandas destes. Portanto, transformar os Exames em uma política centralizada do Governo Federal, com divulgação nas mídias, poderá significar a migração de adolescentes entre 15 e 18 anos do Ensino Regular, bem como dos alunos jovens, adultos e idosos dos cursos de EJA para os exames supletivos. (ENCCEJA, CARTA ABERTA, 2006).

Para os coordenadores, o melhor posicionamento que o Inep poderia tomar, ao invés de patrocinar mais uma forma de avaliação, era investir em pesquisas na área de EJA, contribuir financeiramente na capacitação para profissionais de EJA dos Estados, criar e aplicar instrumentos para a análise da modalidade, principalmente na situação sócio econômico e educacional do público ingresso nessa modalidade. Segundo o posicionamento dos coordenadores na carta, esta ação,

não foi realizada pelos governos anteriores e atenderia ao que está determinado na Lei de Diretrizes e Bases - LDB e no Plano Nacional de Educação - PNE, nas metas 9, 10, 20 e 21 e, por consequência, contribuiria no atendimento da meta 12 do mesmo Plano que afirma a necessidade de elaboração de parâmetros nacionais de qualidade para as diversas etapas da educação de jovens e adultos, respeitando-se as especificidades da clientela e a diversidade regional. (ENCCEJA, CARTA ABERTA, 2006).

Desse modo, a carta aberta sobre o Encceja e o documento de audiência pública do Conselho Nacional de Educação, redigido pela professora Zanetti, sobre os exames supletivos na educação de jovens e adultos, esclarecem que o exame nacional de competências centralizou as políticas públicas educacionais, mas descentralizou sua execução. Além disso,

a gestão do Min. Paulo Renato Souza, concebia a Educação de Jovens e Adultos como correção de fluxo, aligeiramento da escolarização, possibilidade de redução de investimentos (“gastos”) com a educação e como uma das formas de melhoria de dados estatísticos. (ZANETTI, 2006, p.2).

Assim, o Encceja ultrapassou o que foi estabelecido em lei, que era a garantia de um processo nacional de avaliação da educação básica para a melhoria na sua qualidade, assumindo, por meio da União, um caráter centralizador, impondo normas avaliativas, desconsiderando as diferenças locais e regionais e também substituindo aos exames ofertados por Estados e Municípios.

Mesmo com a suspensão das provas, até hoje a reclamação pelo fim delas continua, pois muitas pessoas precisam do certificado da educação básica, para conseguir melhores vínculos empregatícios e muitos querem continuar os estudos,

ingressar no ensino superior, mas não tem condições de retornar ao ensino regular, por isso procuram pelos exames e se revoltam com essa suspensão.

A gente percebe que a revolta é geral no balcão, a grande maioria que chega já são pessoas com a idade mais avançada, geralmente casadas com filhos, grande parte delas relatam aqui pra nós, eu morei fora, fiquei dois, três anos no exterior, e agora eu voltei to sem pique para retornar para um banco de escola regular, não tenho tempo, preciso trabalhar, to com a minha família montada, eu preciso ganhar dinheiro e isso tá me fazendo falta, por que o governo tirou? Aí é onde a gente responde, nós somos meros funcionários, estamos aqui pra cumprir determinações que vem de cima, se o governo, as autoridades achar por bem retornar, nós estamos aqui pra retomar com todo gás, agora ao mesmo tempo essa é a resposta que a gente dá, porque infelizmente nós não temos o poder de interferir e falar, eu acho que tá errado, eu acho que tá certo. Eu sou uma funcionária pública, to aqui pra prestar meu serviço e que se os superiores acharem que deve retornar e que vai realmente ajudar a sociedade de maneira geral, principalmente os adultos, a gente tá aqui pra atender da melhor maneira possível. Então assim, é o que a gente responde pra eles, que a gente fica com pesar realmente, sente por eles, mas infelizmente nós aqui não temos muito que fazer. (Entrevistada 5, 2014, p. 2).

Com o fim dos Exames Supletivos em Goiás, muitas pessoas se sentiram lesadas, principalmente por não conseguirem a conclusão do segundo grau pelo Enem, exame que pode oferecer essa certificação aos candidatos que realizam as provas e conseguem uma nota mínima de 450 pontos em cada área de conhecimento do exame e 500 pontos na redação, de acordo com a portaria nº 144, do Inep, que dispõe sobre essa certificação.

Os sujeitos que ainda procuram pelos Exames Supletivos, criticam o Enem pela forma de como a prova é elaborada, eles sentem falta da maneira como era disponibilizada, tanto o conteúdo quanto as provas.

A gente tinha o cuidado de oferecer as provas dos anos anteriores, para que os professores trabalhassem na rede estadual com essas provas, baseado nesses conteúdos também, então havia uma ligação bacana de um e outro, aqui e lá, nunca ficamos fora, por dizer assim, nós somos secretaria e a escola lá tava totalmente distante do conteúdo ou uma coisa da outra, não, tinha esse cuidado. É o que todo mundo reclama do Enem, muita gente chega e fala, a maneira como a prova do Enem é elaborada, ela atende a candidatos jovens que vão a escola regularmente e isso porque nosso candidato se vê prejudicado quando ele pega uma prova que tá com os conteúdos todos misturados ali, não faz uma separação de conteúdos, ele já sente grande dificuldade nisso aí, porque vem as questões interligadas e eles não conseguem nem distinguir o que é que eles estão respondendo. Isso eles relatam aqui pra gente também, eles falam, aquela prova é pra jovem, não é pra idoso, pra velho ou pra quem tá querendo terminar estudo na minha idade. Então assim, o Enem ainda não viu isso, acho que eles vão ver, vão chegar lá, mas até chegarem lá, essas pessoas estão prejudicadas. (Entrevistada 5, 2014, p. 3).

O fim dos exames prejudicou muitas pessoas, o que deveria ser revisto pelo governo do Estado, pois, vários profissionais de competência trabalharam desde a elaboração das provas até a aplicação delas, havia todo cuidado possível para que os sujeitos que prestavam os exames conseguissem um resultado favorável. Por isso, a questão de retomar os Exames Supletivos, precisaria ser reavaliada em Goiás para poder retornar e auxiliar milhares de jovens e adultos que tem o direito de avançar na sua vida estudantil.

Considerações Finais

Com a finalidade de compreender o processo de organização dos Exames Supletivos em Goiás os objetivos previstos no projeto dessa pesquisa foram: realizar pesquisa histórica e documental relativa aos exames supletivos aplicados em Goiás, no período de 1973 a 2012, com vistas a compreender a possível relação entre a certificação específica do segundo grau com a possibilidade de ingresso no ensino superior.

A partir desse objetivo geral, foi realizada uma pesquisa documental nos arquivos da Seduc/GO, onde foi encontrado um acervo relativo aos candidatos que prestaram os Exames Supletivos em Goiás durante as décadas de 1970 até 2000. Esse acervo corresponde a mais de 300 mil fichas cadastrais, por isso, para essa pesquisa optou-se fazer uma coleta, por amostragem, de 1300 dados cadastrais dos sujeitos que prestaram os exames no Estado no período de 1973 a 2012.

Reconstituir e analisar a história e memória da origem dos Exames Supletivos no Brasil foi um dos objetivos específicos de base teórica, que possibilitou fazer a ligação para a aplicação dos Exames Supletivos em Goiás. Com as leituras e pesquisas feitas, foi possível perceber que os exames fazem parte da história e política brasileira e estão presentes no país há muitas décadas.

Por meio da análise feita sobre a origem dos Exames Supletivos, foi possível estabelecer uma ligação para compreender, por meio de dados e relatos, parte da história dos Exames Supletivos em Goiás, o que foi muito importante para o processo da pesquisa. Dessa forma, ao resgatar a memória foi possível resgatar também um pouco da história dos sujeitos que procuravam por certificação através dos exames, pois os dados que estavam presentes nas fichas cadastrais possibilitou apenas traçar um perfil “básico” do candidato, para conhecer e compreender o porquê esses sujeitos procuravam pelos exames, seria preciso realizar entrevistas.

As entrevistas realizadas com funcionários e ex-funcionários, técnicos que trabalharam na formulação, formatação, logística e aqueles que ainda trabalham no departamento de expedição de certificados dos Exames Supletivos da Seduc/GO foram essenciais para o desenvolvimento dessa pesquisa, pois a partir de seus depoimentos foi possível compreender como os exames foram organizados em Goiás, desde a preparação das provas, as inscrições, realização e até os dias de hoje, quando ainda muitas pessoas procuram pelos exames e por suas certificações.

Com o processo da pesquisa compreendi a importância de preservar documentos, pois além de fornecer dados eles também fazem parte da história de muitas pessoas. Memórias que podem se perder com o tempo, se os documentos não forem tratados, se pesquisadores não se interessarem em estudar sobre um assunto que faz parte da história da educação do Estado, se os órgãos públicos não preocuparem com “papeis” e não oferecerem recursos tecnológicos para manter os documentos, que são tidos como monumentos, por alguns historiadores.

Com as informações coletadas, a partir da pesquisa que foi realizada sobre Ensino Supletivo, experiência que possibilitou o acesso a documentos que suscitaram a continuação da pesquisa relacionada aos Exames Supletivos e pelas entrevistas, percebe-se a existência de uma contradição entre os dados coletados, pois o número de reprovações não condiz com algumas falas dos entrevistados, que afirmavam que as provas foram elaboradas de acordo com os programas disponibilizados para os candidatos aos Exames Supletivos.

A partir dessa pesquisa e dos dados coletados, outras pesquisas poderão ser realizadas, como a busca pelos sujeitos que realizaram os Exames Supletivos no Estado de Goiás, para possíveis entrevistas, a possibilidade de entrevistas com os elaboradores das provas, a análise das demais disciplinas e como se deu o processo de implantação de novas disciplinas com o passar dos anos. A possibilidade de digitalizar o acervo das fichas também é um passo que pode ser concretizado numa pesquisa posterior, para que os dados possam ser armazenados em um banco de dados e serem úteis para diversas pesquisas.

Os Exames Supletivos, como muitas avaliações, tiveram análises tanto positivas como negativas. Pesquisadores afirmam que os exames eram uma forma de aligeiramento, que facilitava a certificação do segundo grau. Os exames no Estado de Goiás proporcionaram para muitas pessoas, que estavam afastadas dos estudos, por diversos motivos, retornar, obter certificação e continuar o Ensino Superior.

Apesar do índice de aprovação e procura ter sido considerável, em algumas décadas, os Exames Supletivos no Estado de Goiás foi uma alternativa importante e necessária para vários sujeitos obterem certificados e almejem continuar os estudos, mas também foi uma forma para diversos jovens buscar por certificação rápida para ingressarem no ensino superior ou, até mesmo estimular a pessoa a parar os estudos após conseguir o certificado do ensino médio.

Referências

BARROSO, C. L. de M. & OLIVEIRA, L. de. 1971. *O Madureza em São Paulo*. São Paulo, FCC. In: HADDAD, Sérgio. *O Ensino Supletivo no Brasil O Estado da Arte*. Brasília, INEP, 1987.

BRASIL. Presidência da República. *Artigo 99, 1961*. Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm>. Acesso em: 20/6/2013.

_____. _____. *Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971*. Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm>. Acesso em: 22/05/2014.

_____. _____. *Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961*. Fixa as Diretrizes e Bases da educação nacional. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/diretrizes_p0038-0041_c.pdf>. Acesso em: 24/05/2014.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, INEP. *Portaria n.º 111, de 04 de dezembro de 2002*. Brasília, 2002.

CASTRO, Claudio de Moura et all. *O enigma do supletivo*. Brasília, MEC, SEPS, 1980. 220p.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade temporã: o ensino superior da colônia à era de Vargas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

ENCCEJA, CARTA ABERTA. Carta sobre o ENCCEJA, elaborada pelos Coordenadores Estaduais de EJA, nos dias 07 e 08 de março de 2006, em Brasília. Disponível em: <http://www.forumeja.org.br/?q=node/723>. Acesso em : 10/11/2014.

GATTI, Bernadete Angelina. Alguns dados comparativos sobre os exames supletivos de 1º e 2º graus no estado de São Paulo. São Paulo, 1982. In HADDAD, Sérgio. *O Ensino Supletivo no Brasil O Estado da Arte*. Brasília, INEP, 1987.

GATTO, Carmen Isabel. *O processo de definição das diretrizes operacionais para a educação de jovens e adultos: participação democrática das agências do campo recontextualizador oficial*. Porto Alegre, 2008.

GOIÁS. Conselho Estadual de Educação. *Resolução n.º 260, de 18 de novembro de 2005*. Goiânia.

_____. Secretaria de Estado da Educação. *Diretrizes da Educação de Jovens e Adultos do Estado de Goiás*. Goiânia, 2010.

_____. _____. *Departamento de expedição de certificados - Fichas Cadastrais*. Goiânia. S/D.

HADDAD, Sérgio. *Estado e Educação de Adultos*. FEUSP, SP, 1991. Tese de Doutorado. Volume 1 e 2.

_____. *O Ensino Supletivo no Brasil O Estado da Arte*. Brasília, INEP, 1987.

MACHADO, Maria Margarida. RODRIGUES, Maria Emília de Castro. Diversidade geracional na Educação de Jovens e Adultos – implicações para a prática pedagógica. In.: *Cadernos de Pesquisa em Educação - PPGE/UFES*. Vitória, ES. a. 10, v. 19, n. 37, p. 00-00, jan./jun. 2013.

OLIVEIRA, M. K. Jovens e Adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. In: *Educação como exercício de diversidade*. Brasília: Unesco/MEC, Anped, 2005 (coleção educação para todos). Disponível em: http://forumeja.org.br/files/Vol%2007_ed%202_Ed%20Diversidade.pdf. Acesso em 14/07/2014.

RODRIGUES, Maria Emília de Castro. *Enraizamento de esperança – um estudo das bases teóricas e da prática do Movimento de Educação de Base em Goiás*. Goiânia, 2007.

SANTOS, Ideneia Silveira dos. Curso supletivo de 1º grau: um estudo de caso sobre a evasão escolar no município de Porto Alegre, RS, 1981. Rio de Janeiro, FGV, 1982. 94p. tese mestrado. In.: HADDAD, Sérgio. *O Ensino Supletivo no Brasil O Estado da Arte*. Brasília, INEP, 1987.

SILVA, Jovita Manfio Pires da. Cursos supletivos de 1º grau ;avaliação de aspectos relevantes. Porto Alegre, UFRGS, 1979. 395p. tese mestrado. In.: HADDAD, Sérgio. *O Ensino Supletivo no Brasil O Estado da Arte*. Brasília, INEP, 1987.

VELLOSO, Jacques R. et all. Perfil dos candidatos e análise de seu desempenho nos exames de suplência. Brasília, UnB, 1977. 158p. Projeto 4, v.4.1 (Perfil dos candidatos). In: HADDAD, Sérgio. *O Ensino Supletivo no Brasil O Estado da Arte*. Brasília, INEP, 1987.

Zanetti, Maria Aparecida. *Audiência Pública do Conselho Nacional de Educação. Tema: Os Exames Supletivos na Educação de Jovens e Adultos*. LOCAL ANO.

Entrevistas:

Entrevistada 1: funcionária da Seduc/GO, que trabalha com Exames Supletivos desde 1990.

Entrevistada 2: coordenadora do departamento pedagógico da Superintendência de Ensino Não Formal (Supenfor) de 1993 até 2000. Gerente do departamento pedagógico da Superintendência de Educação a Distância de Goiás (Sued) em 2000. Gerente na Gerência Pedagógica de EJA de 2000 até 2008.

Entrevistado 3: técnico que trabalhou no Centro de Estudos Supletivos e na coordenação da Divisão de Ensino Supletivo da Delegacia Metropolitana de Goiânia de 1982 até 1997.

Entrevistada 4: técnica que trabalhou na Superintendência de Ensino Não Formal (Supenfor) de 1995 até 2006.

Entrevistada 5: Funcionária da Sedu/GO, que trabalha com a expedição dos certificados dos Exames supletivos desde a década de 1990.

Entrevistada 6: Professora que trabalhou no processo de elaboração das provas dos Exames Supletivos em Goiás na década de 1990.

Apêndice

CESSÃO DE DIREITOS DE ENTREVISTA AO CENTRO MEMÓRIA VIVA

Pelo presente documento, o/a Sr^(a)....., brasileiro,
(estado civil),(profissão), carteira de identidade nº
, emitida por....., CPF nº, residente e domiciliado em
, cede, neste ato, gratuitamente, em
 caráter universal e definitivo ao Centro Memória Viva (CMV) Documentação e Referência em EJA, Educação
 Popular e Movimentos Sociais do Centro Oeste, a totalidade dos seus direitos sobre a entrevista concedida, relativa à
 Pesquisa Documental na Seduc – GO: redescobrir a história da EJA em Goiás, para ser usada integralmente ou em
 partes, sem restrições de prazos e citações, desde a presente data. Da mesma forma autorizo a sua audição, o uso de
 imagens e das citações por terceiros, ficando vinculado ao CMV, com sede no Núcleo de Estudos e Documentação
 em Educação, Sociedade e Cultura (NEDESC), da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás
 (FE/UFG), situado à Rua Delenda de Melo ou 235, s/nº, Setor Leste Universitário, Goiânia-GO.

Fica, pois, o CMV de Goiás plenamente autorizado a utilizar o referido documento, de acordo com os
 objetivos aos quais se propõe: tratar, registrar, classificar, guardar, divulgar e disponibilizar em ambiente virtual.

Abdicando de direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente.

 Local

 Data

 Nome do cedente

 Centro Memória Viva de Goiás

NEDESC/FE/UFG

TESTEMUNHAS:

 Nome legível

 CPF

 Nome legível

 CPF

Roteiro de Entrevista com características gerais devido à trajetória dessas pessoas na superintendência.

Dados profissionais:

1. Qual sua formação?
2. Há quanto tempo trabalha na área de educação?
3. Durante quanto tempo você trabalhou em cada superintendência? Quais cargos foram ocupados?

Sobre a Educação de Jovens e Adultos:

1. Como era o atendimento destinado a jovens e adultos no período em que você trabalhou lá?
2. Em que época no estado se começou a trabalhar com o Ensino Supletivo?
3. Quais as primeiras unidades a atender essa demanda? E quais as principais unidades a oferecer essa modalidade no decorrer do tempo?
4. De que forma era oferecido o Ensino Supletivo e como era organizado?
5. O Parecer 699/1972 afirma que o supletivo apresentava quatro funções, suplência, suprimento, qualificação e aprendizagem, você sabe quais funções se desenvolveram no Estado?
6. Como se desenvolveu o atendimento a jovens e adultos através dos Exames Supletivos em Goiás?
7. Qual era a logística para atender aos Exames Supletivos? Quem se responsabilizava pela organização pedagógica destes exames?
8. Como avalia as ações realizadas pela Seduc que se destinavam a educação de jovens e adultos? Pode destacar aspectos positivos e negativos?

Documentação e registros:

1. Você tem alguma informação sobre onde podem ser encontrados documentos que registram estas experiências do Ensino Supletivo do Estado de Goiás?
2. Pode indicar outras pessoas que seriam importantes ser entrevistadas para a pesquisa sobre esta temática da educação de jovens e adultos no estado de Goiás?

Entrevista com funcionários que trabalharam e trabalham especificamente com Exames Supletivos na Seduc/GO:

Repetir as perguntas sobre os dados pessoais, profissionais e da Educação de Jovens e Adultos.

1. Pela experiência da senhora na atuação nos exames supletivos, você pode contar o que sabe da história de implantação destes exames no Estado de Goiás e apresentar o que foi sendo alterado no percurso histórico desta aplicação?
2. Quais os critérios adotados para a seleção de conteúdos, da elaboração das provas de exame supletivo?
3. Como avalia as ações realizadas pela Seduc que se destinavam a educação de jovens e adultos? Pode destacar aspectos positivos e negativos?

Documentação e registros:

1. Onde podem ser localizados os dados gerais de inscrição, presença, aprovação e reprovação dos candidatos aos exames em Goiás?
2. Há dados socioeconômicos dos candidatos aos exames supletivos do estado?
 - 2.1 **(Em caso afirmativo: onde encontrá-los?)**
 - 2.2 **(Em caso negativo: vocês podem indicar, pela experiência de acompanhar os exames, qual a faixa etária dos candidatos? Sexo, nível econômico? Quais disciplinas possuíam o maior índice de reprovação, aprovação e quais os motivos da abstenção?)**
3. Pode indicar outras pessoas que seriam importantes ser entrevistadas para a pesquisa sobre esta temática da Educação de Jovens e Adultos no estado de Goiás?
4. Em que ano os Exames Supletivos encerraram em Goiás?
5. Como avaliam a questão da organização das fichas?
6. A demanda pela procura por informações sobre os Exames, ainda continua?
7. Qual foi o impacto após o encerramento dos exames? O que as pessoas que procuravam por essas provas dizem?

Anexos